

MARIA APARECIDA MOREIRA BENVENGO

**O TERMO APAGÃO NA IMPRENSA ESCRITA:**  
SOBRE O LÉXICO, AMPLIAÇÃO E EFEITOS DE SENTIDOS

Assis-SP  
2005

**MARIA APARECIDA MOREIRA BENVENGO**

***O TERMO APAGÃO NA IMPRENSA ESCRITA:***  
**SOBRE O LÉXICO, AMPLIAÇÃO E EFEITOS DE SENTIDOS**

Dissertação apresentada à  
Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – UNESP para a  
obtenção do título de Mestre  
em Letras (Área de Filologia e  
Linguística Portuguesa).

Orientadora: **Dra. Antonieta Laface**

**Assis – SP**  
**2005**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

B478t Benvengo, Maria Aparecida Moreira  
O termo apagão na imprensa escrita: sobre o léxico, ampliação e efeitos de sentidos / Maria Aparecida Moreira Benvengo. Assis, 2005  
120 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Lexicologia. 2. Neologismo. 3. Linguística aplicada. I. Título.

CDD 401.4

418

## AGRADECIMENTOS

À **Dra. Antonieta Laface**, orientadora deste trabalho, a expressão do meu reconhecimento.

“(...) A língua mastiga e joga fora inúmeros arranjos de frases e vocábulos. Outros, ela absorve e integra a seu modo de ser.”

“Uma língua é um lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir.”

Vergílio Ferreira, romancista português (1916-1996)

## RESUMO

Considerando a relação existente entre o léxico e a neologia, apresentamos, neste trabalho, alguns resultados da descrição e análise do termo *apagão* na imprensa escrita, destacando, em diversas situações de uso, novas formas e efeitos de sentidos depreendidos a partir desse neologismo.

**Palavras-chave:** léxico – neologismo – *apagão* – expansão lexical – ampliação de sentidos

## RÉSUMÉ

Nous présentons, dans cette recherche, considérant la relation entre le lexique et la néologie, quelques résultats de la description et de l'analyse du terme *apagão* en la presse écrite, surviennent en plusieurs situations contextuelles des nouvelles structures et des effets significatifs inferés à partir de ce néologisme.

**Mots-clés:** lexique – néologisme – *apagão* – expansion lexicale – ampliation de sens

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. A história do racionamento .....	12
2. Pressupostos teóricos .....	28
2.1 Linguagem: atividade criadora, fonte de conhecimento .....	30
2.2 Neologia: expressividade e criação lexical .....	33
2.3 Produção de sentidos: aspectos discursivos.....	44
3. Procedimentos metodológicos – constituição do <i>corpus</i> .....	51
4. Análise e resultados obtidos.....	54
4.1 <i>Apagão</i> : ironia ou expressividade? .....	54
4.2 <i>Apagão</i> : expansão morfológica .....	61
4.2.1 Processo derivativo .....	63
4.2.2 Processo composicional .....	67
4.2.3 Processo sintagmático.....	69
4.3 <i>Apagão</i> : distensão e ampliação de sentidos .....	71
4.4 <i>Apagão</i> em anúncios publicitários.....	86
5. Considerações finais – futuras perspectivas .....	89
6. Referências bibliográficas.....	93
7. Bibliografia complementar .....	97
8. Apêndice.....	99

## INTRODUÇÃO

Segundo o *Novo Aurélio Século XXI – O Dicionário da Língua Portuguesa* (Ferreira, 1999, p. 372), o verbete *caleidoscópio* contém esta acepção:

um pequeno instrumento cilíndrico, em cujo fundo há fragmentos móveis de vidro colorido, os quais, ao refletirem-se sobre um jogo de espelhos angulares, dispostos longitudinalmente, produzem um número infinito de combinações de imagens de cores variegadas.

É um tipo de aparelho que só tem razão de ser se for movimentado. Para produzir efeito, é preciso que seja manuseado. A cada movimento do referido objeto, os fragmentos de vidro se posicionam em lugares diferentes, produzindo uma outra combinação, com outro colorido, sempre diferente da visão anterior, oferecendo ao observador belas figuras simétricas e multicores. Podemos colocar sempre mais fragmentos, de cores e tamanhos diferentes e extrair aqueles em que o brilho e a cor já vão ficando desgastados. E a cada desenho formado, a cada colorido produzido, surpreendemo-nos com a sua beleza, com a sua potencialidade ... um objeto de uma dimensão finita, capaz de produzir infinitas combinações!

Podemos comparar o caleidoscópio ao léxico de uma língua. Os fragmentos de vidro são as unidades lexicais: a cada condição de uso, misturam-se, mudam de posição, produzindo novos e inusitados efeitos de sentido. Novas formas e novos sentidos vão sendo inseridos, tendo em vista o caráter neológico da linguagem; itens lexicais, em desuso, desaparecem, podendo reaparecer com novo brilho, com novo significado. O léxico de uma língua, em constante movimento, produz formas e sentidos diferentes: cada um o vê de acordo com seus interesses, seus medos, suas



esperanças. É exatamente com o léxico que a dinâmica da língua se faz presente em variados contextos, produzindo uma multiplicidade de formas e de sentidos.

Isto parece nos indicar que há, em qualquer língua viva, uma renovação contínua de seu acervo lexical: ao mesmo tempo em que uma grande quantidade de inovações surge, outras unidades léxicas caem em desuso. Algumas criações, por vezes atendendo a um objetivo específico, são válidas apenas para um determinado momento; outras, entretanto, mais freqüentes, têm oportunidade de ser conhecidas, difundidas: instalam-se no vocabulário popular, cristalizam-se, chegando a fazer parte do dicionário de língua.

O léxico é considerado o patrimônio vocabular de uma comunidade, uma riqueza cultural, por ser através dele que o homem constrói a imagem da sociedade e, conseqüentemente, a sua história. Utilizando-se a todo instante da linguagem verbal para se comunicar, o homem armazena um vocabulário comum ao meio social em que vive, relacionado à sua realidade e aos seus conhecimentos. No vocabulário de um indivíduo, notamos a influência do meio sociocultural: além de um significado lexical, os vocábulos, ao mesmo tempo, possuem um significado específico, isto é, o valor que as pessoas da mesma cultura atribuem a tal vocábulo. No mundo contemporâneo, o enriquecimento do léxico é mais do que uma necessidade, permitindo a interação, a comunicação com o outro, constituindo-se numa garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada.

Esta pesquisa trata das nuances lexicais do vocábulo neológico *apagão*. Como sabemos, a neologia, denominação que recebe o processo de criação lexical, é um tema lingüístico que merece destaque por ser um assunto que diz respeito às relações entre língua, cultura e sociedade, porque abrange dimensões socioculturais do fenômeno lingüístico. Os critérios para o desenvolvimento desta dissertação

firmam-se na noção/conceito de língua, dentre eles: a língua é um universo em expansão, influenciada pela sociedade e pela tradição cultural que a rege. É no léxico que se reiteram, se transformam, se mantêm, se sustentam os modelos mentais, os sistemas de valores, os recortes culturais, os pontos de vista e as práticas de um grupo social. Dessa forma, estudar as inovações do léxico, no decorrer de um período, é perceber de que maneira se estrutura o pensamento e a visão desse grupo.

Por constatar a relação que existe entre o léxico e a neologia, desenvolvemos um estudo que tem, como ponto central, apresentar alguns resultados da descrição e análise de um neologismo, ou seja, uma novidade lexical utilizada pelos especialistas da mídia, para nomear o episódio da crise de energia, ocorrida no ano de 2001, em algumas regiões de nosso país: *apagão*. Tal vocábulo surgiu com a finalidade de nomear uma realidade recém-criada: durante um certo espaço de tempo a população seria induzida a uma economia no consumo de energia elétrica, para que não fosse necessário o racionamento.

Esse evento induziu os meios de comunicação a abordarem o tema diariamente, tanto na imprensa falada como na imprensa escrita. Por esse motivo, foi emergindo na mídia um vocabulário especial, relacionado com a questão, com unidades e expressões lexicais que caracterizaram e particularizaram o fato, como *acionamento*, *corte no fornecimento de energia*, *percentual de corte*, *cortes programados*, *sobretaxa*, *bônus*, *meta de consumo*, mas *apagão* nos chamou à atenção por ser um item lexical neológico de forma e som significativos, que, na época, nomeava um acontecimento de grande interesse do público: um possível blecaute de grandes proporções. Tornou-se popular, manifestando-se freqüentemente no discurso político, econômico, social e publicitário. Interessamo-

nos por acompanhar a recorrência desse neônimo, atentando para o seu emprego pela mídia, durante um certo período, a partir do contexto cultural dos meses em que houve racionamento de energia elétrica (maio/2001 a outubro/2004). Para tanto, procuramos mobilizar várias ocorrências desse item neológico, suas variações na forma e na produção de sentidos, em gêneros diversos da imprensa escrita.

Felizmente, o período crítico (sujeito a racionamento) da crise de energia teve seu fim, o blecaute não aconteceu, mas, mesmo assim, esse elemento lexical permaneceu no vocabulário geral, surgindo em vários contextos, muitas vezes acoplado a novas formas e conotações diversas, caracterizando, nas situações de uso, a expressividade e a interatividade das relações parassinonímicas, ou seja, a ampliação dos sentidos produzidos no ato comunicativo. Acompanhamos algumas manifestações dessa nova lexia, registramos outras formas neológicas criadas a partir dela, tentando compreender, de acordo com sua atualização no discurso, os novos sentidos a cada dia adquiridos. Procuramos sugerir, dentro dos recortes específicos, o efeito de sentido produzido por essa forma lingüística, bem como caracterizar o meio social que interage com a mesma.

Interessamo-nos pela busca da unidade lexical *apagão*, com o intuito de demonstrar que um fato de grande repercussão se reflete na linguagem; de apontar a imprensa escrita, meio de comunicação em que circulam as informações mais importantes do grupo social em que se vive, como responsável pela incorporação de novos vocábulos, que ampliam o vocabulário ativo dos leitores, desenvolvendo sua capacidade de compreender textos escritos. Além disso, considerando a dinâmica da renovação lexical, pois a língua, como espelho da cultura, reflete uma busca incessante de novidade, procuramos sugerir que os significados assumidos por esse

neologismo, em diversas situações de uso, são decorrentes da constante transformação do meio social.

Partindo-se do princípio de que investigar uma língua é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema lingüístico, notadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, o estudo de um neologismo pode fornecer dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de um determinado grupo. Deste modo, no exame de um léxico, analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que nela se deixa transparecer. Preocupamo-nos em comentar o papel do referente na construção do significado, verificando a força exercida pelo contexto extralingüístico no processo de nomeação de um novo elemento da realidade.

Isto posto, apresentamos os tópicos que, além da introdução, constam desta redação de pesquisa ligada ao *apagão*: a) história do racionamento; b) pressupostos teóricos; c) metodologia de trabalho; d) resultados; e) conclusão.

## 1. A HISTÓRIA DO RACIONAMENTO

Os meios de comunicação geralmente trabalham com assuntos presentes no cenário histórico-cultural. Isso provoca uma corrida ansiosa em direção a tudo que é novo, tudo que evolui, tudo que muda. Por essa razão, criações neológicas são muito constantes. De acordo com Carvalho (1984, p. 64),

(...) quando um dado novo, de forte interesse para a comunidade, é introduzido no contexto sociocultural, o jornalista busca modos de nomeá-lo, de designar com precisão os seus pormenores, para informar seu público.

Em abril de 2001, com a falta de chuvas, o nível dos reservatórios das hidrelétricas (principal fonte de energia do país), caiu aos menores índices da história. A falta de investimentos no setor energético e o crescimento elevado da economia no ano anterior (o que aumentou a demanda de energia) agravaram a situação.

Diante desse quadro, os brasileiros foram surpreendidos pela notícia veiculada nos meios de comunicação de que algumas regiões do país corriam o risco de sofrer racionamento de energia elétrica, já a partir do mês de junho, caso o abastecimento das usinas hidrelétricas sofresse redução nos meses subseqüentes. De imediato, os técnicos, como forma de diminuir o consumo, sugeriram multar quem consumisse energia acima de um determinado patamar; o governo, porém, descartou a imposição de multas, deixando para os especialistas, como solução, somente o *apagão programado* – cortes de energia durante determinados períodos do dia. Chegou-se a falar em *apagões* diários de, no mínimo, quatro horas, que

deveriam acontecer durante o dia, priorizando os bairros residenciais para não afetar o comércio.

Os meios de comunicação não perderam a oportunidade para criticar o governo e, também, para criar um contexto de terrorismo ante a população, que ficou perplexa diante de uma situação incomum: o blecaute.

Para amenizar o impasse, no mês seguinte (maio/01), foi criada a Câmara de Gestão da Crise Elétrica, o *ministério do apagão*, presidida pelo ministro da Casa Civil, Pedro Parente. Foi quando o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), determinou que não recorreria aos *apagões* sem antes tentar a ajuda do povo. A idéia era dividir com os consumidores a responsabilidade de um racionamento naquela primeira fase do plano, convocando comércio, indústrias, população, administrações estaduais e municipais, nas três esferas do Poder, a colaborar. De que maneira? Economizando energia. O governo avaliou que os métodos coercitivos eram dispensáveis naquele momento, pois a população estava madura para participar voluntariamente do plano, instituído no dia 21 do mês em curso, com início estipulado para 1º de junho. As medidas de racionamento visavam a estimular o consumidor a poupar energia, por meio de sobretarifas altas e de bonificação.

As medidas de contenção foram adotadas porque seria necessário diminuir o consumo global em 20%. O objetivo era afastar a hipótese de ocorrência de *apagões* generalizados.

“A decisão do governo de substituir os *apagões* por medidas que incentivam a economia de energia foi recebida com alívio pelos consumidores” (*Folha de S. Paulo* (FSP), 22/05/01).

Os meios de comunicação amedrontavam o povo, prevendo algumas conseqüências dos possíveis blecautes sugeridos pelos especialistas: os semáforos parariam de funcionar, as ambulâncias não chegariam aos hospitais e a polícia perderia sua mobilidade. O assunto dava margem a comentários. Olhando pelo lado das conseqüências práticas, vinha, ainda, a preocupação com o que poderia acontecer com os hospitais, com os edifícios de muitos andares, com as fábricas, com o comércio, com a conservação dos remédios e alimentos, enfim, tudo aquilo que dependesse da energia elétrica.

Já no final do mês de maio, saíram as primeiras resoluções e foram divulgadas as primeiras regras: jogos de futebol e outros esportes, à noite, seriam vetados; fornecimento provisório de energia a parques, *shows* e eventos, à noite, seria proibido; novas ligações de eletricidade para comércio e indústria, suspensas; luzes de *outdoors*, fachadas, monumentos e prédios da administração pública federal deveriam ser desligadas à noite; iluminação pública, reduzida em 35%.

Toda a sociedade moveu-se em busca da racionalidade. Os industriais remanejavam a produção, os comerciantes organizavam seus horários alternativos e cada cidadão procurava se adaptar às novas circunstâncias. Elogiando o comportamento do povo brasileiro, dizia a mídia: “Com essa parte o governo não deve se preocupar. A sociedade sabe se cuidar” (FSP, 09/05/01).

Os meios de comunicação comentavam que o governo conseguira fazer do racionamento de energia o principal assunto das manchetes do país. Não só os principais periódicos, mas também jornais regionais, revistas e até textos oriundos do discurso publicitário exploravam o tema. Em 28/05, o caderno *Folhateen* da Folha de S. Paulo, específico para jovens, trouxe numa página inteira, com fundo preto e letras brancas, um anúncio do achocolatado NESCAU, da marca Nestlé, fazendo um

jogo polissêmico com a palavra *energia*: “O racionamento já começou, mas não vai faltar energia pra você. NESCAU, a energia que dá gosto”.

Diante da crise, intensificaram-se as campanhas estimulando a adoção de medidas que contribuíssem para a racionalização do consumo: a Caixa Econômica Federal incentivou a instalação de aquecimento solar nos empreendimentos financiados por ela; alunos da rede pública e particular de ensino foram orientados por meio de cartilhas e jogos ilustrativos com dicas para evitar o desperdício de luz; a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) criou um programa para ajudar as prefeituras que estivessem dispostas a contribuir para a redução de gastos com energia; os interessados já podiam encontrar na página da Fundação Procon-SP, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo, informações detalhadas sobre o programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica: em linguagem clara e utilizando exemplos de contas de luz, a cartilha eletrônica ensinava a fazer os cálculos do consumo médio, da meta a ser cumprida, bem como do acréscimo de tarifa e o cálculo do bônus.

Os jornais criticavam a situação, atribuindo toda a culpa ao governo, como podemos notar nesta declaração do deputado Arnaldo Jardim:

Com a falência do Estado brasileiro, os governos vêm desde o início da década de 90 se valendo das privatizações como panacéia para resolução para todos os males. Esqueceram-se, no entanto, de que não se pode tirar do Estado sua obrigação de planejar e coordenar ações, sobretudo as que dizem respeito a áreas estratégicas como a Energia (O Liberal (JL), 05/05/01).

Elio Gaspari, em sua coluna intitulada *O governo está sem luz*, afirmou:

O racionamento de energia nas regiões Sudeste e Nordeste será uma das piores cicatrizes do mandarinato de FHC”. No mesmo artigo, confirmando o descaso do governo, o jornalista critica a adoção de um sistema de



privatização do setor elétrico, que teve como principal conseqüência uma estiagem de investimentos: “As companhias estatais não foram vendidas para produzir *quilowatts*, mas para sanear as finanças públicas, sobretudo no caso de São Paulo (FSP, 09/05/01).

Os partidos políticos de oposição ao governo, aproveitando-se da calamidade que se avizinhava, criticavam-no de imprevidente, de incompetente, de falta de planejamento, com a convicção de que seria diferente se fossem eles que estivessem no poder. Por outro lado, os agentes do governo faziam malabarismos para se livrarem da culpa.

Os técnicos admitiam que, com o racionamento, o país e a indústria deveriam crescer menos, pois a produtividade das fábricas diminuiria. “Se durar seis meses, o *apagão* vai custar 800 mil empregos” (FSP, Dinheiro, 09/05/01).

Zuenir Ventura, em tom de desabafo, assim se manifestou:

Quase no apagar das luzes do governo FHC (dez/02), haverá melhor metáfora para tudo isso que essa perspectiva de racionamento e de *apagão*? Depois da falta de luz no fim do túnel, na alma, a escuridão de fato dentro de casa, no trabalho, nas ruas (Revista Época (RE), 21/05/01, p. 73).

Referindo-se ao racionamento e à falta de explicação convincente do governo, o mesmo articulista, explorando a antonímia num jogo semântico de palavras do campo lexical da crise energética, cria uma frase com um interessante efeito de sentido: “A única coisa clara nesse quadro negro foi a falta de clareza do governo em relação às causas da crise” (RE, 21/05/01, p.73)

Mais críticas ao governo surgiram nos jornais, ainda no mês de maio, referindo-se à sobretaxa criada pelo *ministério do apagão*. Luiz Antônio Fleury Filho, lançou sua opinião, declarando:

A reação incoerente e atabalhoada do governo federal à crise de energia elétrica foi mais uma conta no rosário de enganos da política de privatização

no país. Depois de acusar São Pedro, cuidou o governo de atirar a culpa sobre as vítimas, valendo-se de um argumento desvairado: se falta energia, a culpa é do público que gasta demais e, assim sendo, deve ser punido com multas astronômicas. Às vésperas desse *apagão* generalizado já não é mais possível esconder o pecado original da política de privatização brasileira: o desprezo pelos investimentos em geração de energia (Jornal Integração (JI), 29/05/01).

Na verdade, o acúmulo de erros nas regras de privatização praticamente proibiu investimentos em geração por parte das estatais, sem criar estímulo algum para as que foram privatizadas, nem fixar metas de aumento de produção a serem cumpridas. Não faltaram alertas. Os especialistas indicavam a urgência de o governo liberar investimentos das empresas nas suas áreas de atuação, o que não aconteceu na época devida, pois o governo, através do Ministro da Fazenda, dizia não ter sido informado a tempo da gravidade do problema da energia; desculpava-se, por ter sido surpreendido com a dimensão da crise. Infelizmente, o governo acreditou que, privatizando as empresas do setor energético, a oferta de energia estaria garantida. Iniciou o programa de privatizações sem ter completado a regulamentação do setor, deixando a critério da iniciativa privada as decisões de investimento.

Os responsáveis pelo abastecimento de energia elétrica eram alvo de críticas diariamente. Os meios de comunicação não aceitavam a atual situação:

A crise energética pela qual passa o Brasil tem como causa maior a falta de investimentos no setor. A crise tem muito pouco a ver com a falta de chuvas. Desde meados da década de 80, técnicos da área energética vêm alertando o poder público sobre a iminência de um choque na oferta de energia no país. Agindo de modo irresponsável e inconseqüente, o governo federal seguiu justamente o caminho contrário: a diminuição de investimentos no setor. A crise gerada em razão do desleixo com que foi tratado nos últimos anos o abastecimento de energia no País irá causar prejuízos enormes a toda sociedade". (JI, 29/05/01)

Na data aprazada, começou o racionamento nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste com o fim de evitar blecautes e panes no sistema elétrico.

No início, residências, comércio e serviços teriam de poupar 20% de sua média de consumo dos meses de maio, junho e julho do ano anterior (2000). Indústrias teriam de poupar entre 15% e 25% da média de consumo de igual período; no setor público, incluindo iluminação de ruas, a economia tinha de chegar a 35% do mesmo trimestre de 2000.

O não-cumprimento da cota implicaria pagamento de sobretaxa e, depois, corte de luz no segundo estouro da meta. Para consumidores residenciais, com meta mensal de até 100Kwh e, depois, de até 225Kwh, haveria pagamento de bônus para quem poupasse mais do que a meta exigida, isto é, todos os consumidores que economizassem mais de 20% do total de sua conta média teriam direito a um bônus proporcional ao quilowatt/hora poupado, que poderia ser pago em dinheiro ou como crédito de energia para o mês seguinte.

Num artigo, com o paradoxal título *Os holofotes do apagão*, Arnaldo Jardim assim desabafa, criticando a cobrança da sobretarifa adotada:

Ameaçando com o fantasma do *apagão* o governo dispara sua filosofia: o país não pode crescer e a arrecadação não deve diminuir. É isso que podemos depreender do imposto disfarçado de taxação, incidente sobre o consumo de energia acima de 200 quilowatts/mês. É importante notar que muito mais do que orientar as pessoas sobre maneiras de reduzir o consumo, o governo está mesmo preocupado em não diminuir sua arrecadação e, se possível, vai querer aumentá-la (JL, 02/06/01).

Para evitar um futuro corte de energia, o consumidor deveria estar consciente sobre a importância da racionalização, adotando medidas básicas que não alterassem o cotidiano da família.

Com a chegada do período de contenção do consumo de eletricidade, não se falava em outra coisa. O que o cidadão comum poderia fazer num momento como aquele? Participar daquela espécie de campanha, aprender a cortar desperdícios e, assim, evitar riscos de *apagões* para os próximos anos.

A campanha do governo provocou um aumento de até 100% nas vendas de lâmpadas fluorescentes em menos de 20 dias. Por serem mais econômicas que as incandescentes, foi incentivada a substituição como forma de racionalizar o uso de energia.

Naquele mês de junho, a palavra de ordem era economizar eletricidade para não faltar. A mudança de conduta, aliada a medidas relativamente baratas, era a melhor forma de o cidadão comum colaborar para diminuir o impacto do racionamento. Nada era tão simples e eficiente como a modificação comportamental. Apagar a lâmpada sempre que sair do ambiente, desligar o chuveiro para ensaboar o corpo, esperar juntar roupa para colocar na máquina de lavar e trocar a borracha da geladeira sempre que necessário eram os principais conselhos lembrados pelos especialistas.

Para tentar “segurar os ponteiros do relógio” e, conseqüentemente, diminuir o número de Kwh, alguns consumidores fizeram uso até de uma alternativa bastante antiga, mas sem comprovação alguma de sua eficácia: colocaram sobre o medidor de energia elétrica garrafas com água. Ainda que seja crendice, muitos afirmaram que, após optarem por tal prática, viram suas contas de luz reduzidas.

Iniciou-se o mês de julho e os brasileiros conviviam com a nova situação. Previa-se mais redução nos investimentos privados, menor oferta de empregos, uma previsível queda no PIB, maiores dificuldades nas exportações, além do aumento de tarifas e do desconforto doméstico. Afirmavam os jornais que o setor energético era a face mais visível do colapso de um modelo econômico imperfeito, que privilegiava os aspectos financeiros e de fluxo de caixa, em detrimento do sistema produtivo.

O consumidor de energia residencial poderia ser apenado tanto com a sobretaxa sobre o excesso dos 200 kwh como no corte de energia quando

estourasse sua cota. Para fugir dessa situação, o cidadão se via forçado a adquirir seu *kit-apagão*, gerando assim mais pressão sobre seu já combalido orçamento doméstico.

O momento era grave. Embora o governo culpasse a falta de chuvas, a verdade é que houve negligência no gerenciamento do setor e uma obsessão das autoridades econômicas na obtenção de metas fiscais, o que limitou os investimentos na expansão da oferta de energia. A questão energética foi “empurrada com a barriga”. Preferiu-se dar um salto no escuro, literalmente.

Em agosto, a região Norte entrou também em racionamento, para que parte da energia gerada em Tucuruí fosse enviada ao Nordeste. Começaram a ser feitos os primeiros cortes de energia por dois descumprimentos da meta de consumo. Empresas de pequeno porte foram isentas do corte, mesmo que não cumprissem a meta.

Os jornais, diariamente, atualizavam o povo com informações diversas sobre o racionamento: “as distribuidoras farão a leitura do consumo, verificarão quem cumpriu ou não as metas e emitirão as faturas e os avisos de cortes de luz para os clientes” (FSP, 07/08/01); “o consumidor que descumprir sua meta de consumo pela segunda vez e fizer um pedido de revisão ‘meramente protelatório ou manifestamente improcedente’, terá a luz cortada 48 horas após a distribuidora negar a solicitação”; “o fantasma da sobretaxa na conta de energia, cobrada pelas distribuidoras devido ao não-cumprimento da meta de consumo, forçou as pequenas indústrias a demitir e a comprar energia no mercado atacadista” (FSP, 09/08/01); “está sendo discutido como será feito o pagamento do bônus aos clientes que economizaram energia além da meta”; “o chamado *ministério do apagão* alega não ter arrecadado dinheiro suficiente com as multas àqueles que não economizaram e,

por isso, o pagamento do bônus ainda está sendo estudado” (FSP, 07/08/01). Calcularam que mais gente seria multada, pois dessas multas é que viria o dinheiro do bônus. “No fundo, o povo sabia que o bônus era um engodo, como sabe que a Eletropaulo não vai cortar a luz das mansões de milionários” – é o comentário de Marilene Felinto, na crônica intitulada *Oferta: papelote de droga por bônus do apagão* (FSP, 07/08/01). Revelava-se, assim a indignação das pessoas, porque as autoridades não cumpriam o prometido de pagar o bônus a todos os que haviam ficado abaixo de sua cota de consumo de energia.

O racionamento seguia mês a mês. Outubro foi o pior mês do racionamento: nenhuma região cumpriu a meta de 20%; chuvas ajudaram, mas a situação tornou-se preocupante, conforme diziam os especialistas. O *ministério do apagão* discutiu como seria o reajuste das tarifas das distribuidoras de energia para compensar as perdas com o racionamento. De quebra, o governo recuou na imposição de feriados ao Nordeste, medida provisória que seria instituída para diminuir o consumo de energia e evitar o *apagão*.

A partir de novembro, o racionamento foi abrandado, com metas menores e flexíveis, devido à chegada do verão, quando o consumo seria tradicionalmente maior do que no inverno. Cidades turísticas tiveram ainda mais folga.

Em dezembro, para alívio de uma parte da população, o governo anunciou o fim do racionamento na região Norte para o dia 1º de janeiro. Nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste o fim estaria previsto para o final de fevereiro, caso as previsões de chuvas se confirmassem. O racionamento acabaria quando os reservatórios de água das hidrelétricas atingissem os níveis esperados pelo governo e não houvesse mais meta de consumo. Seria atenuado em fevereiro. A primeira

etapa do fim do racionamento, nessas regiões, foi anunciada pelo governo, zerando a meta de economia de energia para iluminação pública.

A imprensa comentou que, segundo dados estatísticos, a crise de luz “apagou” a economia no terceiro trimestre: o racionamento de energia elétrica foi decisivo para a queda do ritmo de crescimento da economia brasileira. Como consequência desse desaquecimento e a adoção, pelo governo, de metas de consumo de energia mais brandas, houve encalhe de equipamento: quem correu para comprar geradores meses atrás, quando o plano de racionamento foi anunciado, já se arrependia da compra. Fabricantes tentavam revender o produto, ou só o usavam em horário de pico. Houve, ainda, a torcida discreta para que faltasse energia em 2002, para que se pudesse justificar o gasto com o maquinário.

Em janeiro do ano seguinte (2002), acabou o racionamento na região Norte. Como solução de longo prazo para o risco de falta de energia e um futuro racionamento, os jornais traziam a informação de que o governo iria implementar o *seguro antiapagão*. Esse seguro seria feito por meio da contratação (aluguel) de 57 usinas termelétricas, que ficariam à disposição do governo para o caso da falta de abastecimento de energia pelas usinas do sistema convencional. Tal programa emergencial garantiria o suprimento até o ano de 2006 e serviria para o término do racionamento. Começaria a ser cobrado em fevereiro/02 dos consumidores industriais, comerciais, rurais e residenciais.

Já livres do pesadelo de um suposto *apagão*, em 21/01/02, o rompimento de um cabo na linha de transmissão de energia causou um blecaute que atingiu dez Estados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Noticiaram os jornais que a falta de investimentos no setor elétrico causou ou aumentou as proporções desse evento, embora o governo tivesse negado a relação do fato com o racionamento de energia.

Depois de o governo anunciar, em maio de 2001, o plano de racionamento de energia, indústria, comércio e setor de serviços armaram estratégias para não ficar no escuro. Entretanto, depois que as regras para economizar eletricidade afrouxaram, o que era prioridade passou para segundo plano. Resultado: o blecaute pegou o país despreparado.

São Paulo foi o Estado mais afetado. A cidade de São Paulo ficou sem energia elétrica por três horas. Houve confusão no trânsito, problemas no abastecimento de água e até suspensão de cirurgias em hospitais sem gerador. Evidentemente, são grandes os prejuízos e os transtornos causados por falta de energia. Os exemplos são diversos. Fábricas, trens e metrô foram paralisados. Vários bancos e lojas fecharam as portas, com medo de haver algum tipo de violência. Por outro lado, as distribuidoras ameaçam processar o governo para serem ressarcidas por terem deixado de vender energia durante o blecaute. O fato foi tão grave que, segundo a imprensa, “o governo teve consciência de que um novo *apagão* poderia abalar a popularidade presidencial”.

A economia de energia no racionamento superou previsões. O lado bom é que, bem ou mal, naquele momento o país estava consciente de que era preciso economizar. O racionamento atuou muito mais no desperdício do que no consumo.

“O Brasil não voltará a ser o mesmo após o fim do racionamento de energia elétrica”; “População e indústria devem manter hábitos de economia adquiridos no programa de redução de consumo”. (FSP, 29/01/02)

Os maiores problemas enfrentados para diminuir o consumo e evitar o *apagão* no país concentraram-se nas classes denominadas serviço público – trens, metrô e saneamento e na iluminação pública.



Em fevereiro, metas de consumo nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste foram ainda mais afrouxadas. Acabou o racionamento para a iluminação pública, que podia ser retomada na sua totalidade. O governo anunciou fim do racionamento para março.

Em seu pronunciamento sobre o final do racionamento, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, fez questão de reconhecer que todos os brasileiros contribuíram generosamente para a solução da crise de energia. Demonstrando habilidade em criar efeitos semânticos e, tentando abrandar o acúmulo de negatividade existente no vocábulo *apagão*, iniciou assim seu discurso:

Você apagou a luz e iluminou o Brasil. Muitos não acreditavam que iríamos vencer essa crise; só se falava em *apagão* e em todo tipo de consequência negativa para a economia e para o país. A ajuda do nosso povo foi fundamental. Ele aderiu ao racionamento de forma decidida. Sem essa ajuda, poderia ter sido muito pior. Sairemos do racionamento obrigatório para a economia voluntária. (FSP, 20/02/02)

No texto, FHC lembrou as razões que levaram o governo a determinar o racionamento e elogiou a contribuição da sociedade. Também agradeceu o apoio prestado pelos consumidores que “entenderam” os motivos que provocaram a necessidade de economizar energia. “A sociedade foi solidária e cumpriu as metas estabelecidas”.

Durante os meses em que foi adotado o racionamento, comentários e opiniões de todo tipo apareceram nos meios de comunicação: uns, criticando o método encontrado pelo governo para evitar um possível blecaute; outros, aceitando essas medidas e elogiando o comportamento do povo diante de tal situação.

Um comentarista da Folha de S. Paulo, um tanto desconfiado, em maio/01, sugeriu:

O governo tentou de todas as formas buscar justificativas para tirar de suas costas a culpa pela falta de energia no país: quem garante que esta onda

toda em torno do racionamento de energia não é apenas “merchandising” para favorecer alguma empresa que vai lançar nova tecnologia de energia solar, ou algum tipo de lâmpada econômica? (JL, 19/05/01)

João Ubaldo Ribeiro, escritor, em uma nota publicada em revista, conta que em seu livro *Viva o Povo Brasileiro* exalta o comportamento do povo brasileiro durante a crise de energia:

(...) falo de um povo-cidadão que, cordato e disposto a sofrer em silêncio os abusos e desmandos do poder, sujeitou-se a pagar pela irresponsabilidade dos governantes, sustentando nos ombros a incompetência de quem o dirige (RE, 06/08/01, p. 83).

Um outro comentário, atribuído à leitora Maria Daniela Capurro, de Curitiba-PR, ressalta o espírito de colaboração dos brasileiros:

Dou os parabéns aos que reduziram o consumo de energia elétrica. Principalmente àqueles que não têm sequer um relógio medidor e, ainda assim, economizaram motivados, talvez, por solidariedade ou responsabilidade social (RE, 20/08/01).

Comenta um repórter na TV, em setembro/01:

O ano de 2001 ficará na história como o ano em que a crise de energia parou as máquinas e travou o crescimento. “Este fato será uma lembrança do governo FHC, que vai registrar na história uma época em que o país foi atingido de forma total pela inoperância dos homens públicos e teve o risco de todas as suas luzes se apagarem, mesmo tendo todos os seus cidadãos cumprido o dever de pagar os impostos relativos à energia elétrica em dia.

Em contrapartida, FHC conclui: “A superação da crise de energia é mais um capítulo da nova era que vivemos hoje no Brasil” (FSP, 20/02/02).

Pudemos observar, pela história do racionamento, que o movimento criado pelo Governo Federal, denominado *apagão*, impôs à população de algumas regiões brasileiras algumas medidas coercitivas. O objetivo era reduzir o gasto de energia

em todos os segmentos socioeconômicos. Se não houvesse um consumo menor, o blecaute seria inevitável. Grande parte da população nunca havia se defrontado com tal situação, banida por muitos anos da nossa realidade, e isto fez com que o acontecimento se tornasse algo muito marcante na vida de um grande número de brasileiros, que viveram essa realidade com forte carga emocional. Na verdade, estávamos diante de uma realidade recém-criada: fomos educados a consumir energia em desperdício e, surpreendidos por tal fato, estaríamos tentando nos reeducar através dos nossos erros.

A imprensa refletiu esse estado de espírito, esse sentimento de novidade e pânico com que se vivenciou a situação. O vocábulo *apagão* surgiu na imprensa, e, a partir dele, outras criações neológicas, por vezes ironizando a lei adotada pelo Governo; nas várias seções dos jornais foram surgindo lexias complexas, derivacionais, composicionais, relacionadas ao campo lexical da crise energética: governo do *apagão*, ministério do *apagão*, seguro *antiapagão*, seguro-*apagão*, crise pré-*apagão*, período pós-*apagão*, kit-*apagão*, gerente do *apagão*, bônus do *apagão*, conselho do *apagão*; até a publicidade fez uso do novo termo.

Podemos considerar *apagão* um neologismo? O dicionário enciclopédico Houaiss (2001) o registra como empréstimo lingüístico, originário do espanhol platino, com o mesmo significado de *blecaute* (interrupção no fornecimento de eletricidade), regionalismo brasileiro, derivado de *apagar*. No entanto, o Novo Aurélio Século XXI (1999), conhecido como uma das obras lexicográficas mais completas e um dos mais usados dicionários da língua portuguesa falada no Brasil, não inclui o verbete.

O discurso jornalístico fixou-se no novo termo, divulgando-o rapidamente, com unicidade de sentido; propagado de maneira comum a todas as pessoas, logo

possibilitou ao público a sua familiarização, pois o fato do racionamento de energia aguçava o interesse de um grande número de leitores, apresentando um raio de influência considerável junto à população. Aqueles que se dedicam ao jornalismo influem muito junto ao público, no que diz respeito à modificação dos hábitos de linguagem, pois a força da imprensa está muito presente no cotidiano das pessoas.

A imprensa escrita procurou convencer o público da necessidade de se economizar energia pela manipulação da palavra, criando uma forma lingüística que, pela grafia e pronúncia, chamasse à atenção, provocando temor à população. Usando a imagem e a linguagem, a mídia apelou para o fato: nada mais natural do que buscá-lo em uma forma lingüística inédita.

O termo se tornou tão conhecido, que é empregado, até hoje, nos vários discursos, demonstrando que o poder da mídia está presente no cotidiano, sendo responsável pela difusão de novas criações lingüísticas, assim como o faz, usualmente, a arte literária.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

No que concerne à fundamentação teórica, para a análise dos resultados, baseamo-nos nas teorias sobre neologismo, tecendo alguns comentários sobre teoria lexical, expressividade do léxico, parassinonímia, discursividade. Tomamos como postulado de base que a produção da linguagem é um fenômeno que emerge da interação entre sujeitos comunicantes, cujo projeto da fala é influenciar o outro. A notícia comporta duas dimensões: a informativa, de apreensão e exposição dos fatos cotidianos, mas também a interpretativa e avaliadora. O discurso jornalístico, sendo de natureza opinativa, implica representar os acontecimentos do mundo, por meio de diferentes formas avaliativas. É apresentado como uma atividade discursiva, com o propósito de divulgar as notícias, por meio de manchetes, às vezes, sensacionalistas, posto que o indivíduo, ao representar o mundo à sua volta o faz a partir de um determinado ponto de vista. Consideradas as circunstâncias de enunciação e o contexto sócio-histórico de produção, podemos dizer que a linguagem e a ideologia se interpenetram no discurso da mídia. Sendo assim, pretendemos, também, comentar o uso do termo *apagão* sob o ângulo da discursividade, referindo-nos às ligações entre língua, poder e ideologia, tradução feita pelo léxico, mostrando que o uso da linguagem é socialmente determinado nas interações sociais.

Como se sabe, a palavra é o elemento de expressão do próprio homem. Ela pode ser verdadeira, pode ser enganadora, pode causar guerras, pode unir povos.

Pode ser expressa através do solitário monólogo, do diálogo, da conversação, da eloqüência. A palavra possibilita ao homem o poder de interagir com o mundo, viver uma realidade, entender seu passado, imaginar seu futuro. A linguagem através do léxico, configura, de forma eficaz, o patrimônio sociocultural de um grupo, de uma comunidade, enfim, de uma nação. Queremos destacar, também, a expressividade do léxico como elemento estruturador do texto, o que se justifica ao percebermos que o neologismo *apagão* acaba por expandir o significado textual das manchetes. Dessa forma, buscaremos examinar os valores expressivos ligados à sua formação e ao seu sentido, ou seja, sua função textual na construção dos sentidos, focalizando o aspecto lexical e a criatividade lingüística. Queremos demonstrar, com isso, a inovação expressiva do léxico como elemento inerente à cultura.

A neologia lexical de uma língua permite-nos analisar a evolução de uma sociedade que dela se utiliza, pois as transformações sociais e culturais refletem-se, nitidamente, no acervo léxico dessa comunidade. Por isso, o estudo extralingüístico da neologia é o estudo da evolução da sociedade.

Com o objetivo de apresentar alguns aspectos metodológicos e resultados práticos de nossa pesquisa sobre o neologismo *apagão*, baseamo-nos nos princípios sobre criação lexical, preconizados por Guilbert (1975), que nos serviram como base da sustentação teórica exposta neste trabalho. Em Basílio (1980), apoiamo-nos no estudo da criação neológica e de sua tipologia segundo a perspectiva lexical de várias teorias lingüísticas. Em Alves (1990) e Carvalho (1984), fundamentamo-nos para descrever os processos neológicos, revelando os mais produtivos mecanismos de inovação léxica. Para refletir sobre a formação de palavras em português, procuramos Sadmman (1989).

## **2.1 LINGUAGEM: ATIVIDADE CRIADORA, FONTE DE CONHECIMENTO.**

A linguagem, tradicionalmente, tem sido conceituada como a capacidade que o ser humano tem para exprimir pensamentos e sentimentos, através da língua e, de acordo com seu fazer discursivo; como formas do falar, do expressar; como responsável pela construção do homem universal; como interdimensionadora de culturas; como criadora de ideologias e situações de vida; como responsável pela construção e produção de conhecimento, ou seja, é a fonte do saber. É a competência que tem o indivíduo para interagir com o mundo.

O homem tem na linguagem que recebeu culturalmente, não apenas um meio de expressão, mas um modo de organização e compreensão do seu próprio universo cósmico e sociocultural. Conseqüentemente, passa a ter um sistema lingüístico como mediador entre ele e o mundo, que condiciona sua percepção-cognição.

Todo sujeito que foi colocado dentro de um sistema lingüístico está irremediavelmente fadado a ver o mundo sob o prisma traçado pela linguagem de sua comunidade que, a todo momento, impõe a ele tomar conhecimento de novas palavras e combinações de palavras.

Segundo Coseriu (1979), a linguagem é um fenômeno social, mais precisamente uma atividade social, uma vez que se produz na sociedade, pois para a produção do ato lingüístico são necessários indivíduos e signos que façam parte da história da própria comunidade. Podemos observar que os caracteres específicos

da linguagem natural, bem como seu funcionamento, provêm, sem dúvida, da vida individual e social. Levando em conta o caráter e a amplitude da sua existência numa comunidade e da sua realização histórica, em relação à história do próprio grupo, a linguagem também é uma instituição social, devido à sua característica sistêmica, com atos lingüísticos se realizando com base num modelo anterior, assegurando a continuidade diacrônica do conjunto de tradições de uma língua. Diz, ainda, Coseriu que a linguagem é forma de conhecimento, enquanto se realiza como atividade cognoscitiva, manifestando-se mediante símbolos: o homem, tomando contato com o mundo, conhece-lhe a realidade e a traduz por meio de signos simbólicos, ou seja, formas cujo conteúdo é um conhecimento. É caracterizada, também, como atividade criadora, por sua maneira de tornar-se real. O ato lingüístico, embora não seja um ato de criação em sua totalidade, pois se estrutura, como já dissemos, em atos lingüísticos anteriores, não perde seu caráter criador, já que a re-criação é uma forma particular de criação. A criação é, pois, constante; não está presente só no momento em que um novo modelo aparece pela primeira vez, mas em todo ato de falar. Tomando conhecimento das normas que regulam e, em parte, orientam a criação, aprende-se a *criar* numa língua, em dado grupo social. A capacidade criadora, as necessidades expressivas não dependem do conhecimento de um idioma, mas das disposições naturais e da formação cultural.

Benveniste (1995) pode ser considerado um dos pioneiros nos estudos sobre o discurso, ao pôr em realce a intersubjetividade que caracteriza o uso da linguagem, ressaltando a necessidade de se incorporar aos estudos lingüísticos os fatos envolvidos no evento de produção dos enunciados. Defende, assim, a prática comunicativa, considerando as condições histórico-discursivas que orientam as formas do dizer, pois é pela linguagem que o homem interage com o mundo,



tornando-se sujeito da ação, abrindo caminhos para o fazer, transpondo as barreiras do conhecimento. Afirmando que a linguagem está na natureza humana, este autor procura mostrar que os aspectos discursivos da linguagem dizem respeito às relações que NA e PELA linguagem se estabelecem entre os interlocutores e lhes permitem fazer dela um uso referencial. Salienta que somente no quadro do discurso, isto é, da língua assumida pelo homem, e sob a condição da intersubjetividade, é que se torna possível a comunicação lingüística. O universo humano não se constrói sem a linguagem, sem a palavra, que acompanha a história do homem, o qual se mobiliza através dela, caracterizando épocas, criando processos que o situam em constante estado de produção de conhecimento. Existe um condicionamento sociocultural, ideológico e comportamental das comunidades em relação à atividade lingüística. Com relação a isso, no século XX, estudiosos americanos, desenvolveram suas teorias, concluindo que a língua é fonte de produção de conhecimento.

Estudar a linguagem é nunca perder de vista a ideologia, pois a relação entre ambas, por mais que se tente ocultar, é sempre condição precípua para a constituição do sentido. Como afirma Orlandi (1987), a ideologia não é ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro.

Apoiando-se numa concepção sociointeracional, Koch (2005) caracteriza a linguagem como lugar de *inter-ação* entre sujeitos sociais, sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa.

Do mesmo modo, Marcuschi (2004), numa visão de língua como atividade sócio-interativa e uma hipótese sócio-cognitiva, privilegia as relações intersubjetivas instauradas pelos interlocutores mediante os recursos lingüísticos.

A linguagem concretiza-se na língua, no vocabulário, nas criações novas, num sistema de produção interativa, revelando a identidade do falante. A língua é dinâmica, por isso em processo contínuo de produção social, histórica, ideológica, cultural. É mais que um sistema de signos, porque abrange conhecimentos, crenças, ideologias, superstições, valores morais. As transformações sociais acarretam mudanças discursivas. Segundo Orlandi (1996), a forma de interpretação das atividades humanas aparece no contexto social e cultural, em relação aos sujeitos e aos sentidos. Modaliza-se a linguagem no contexto histórico, considerando-se a formação social, ideologicamente produzida. Dessa forma, não pode haver separação entre a linguagem e o mundo. Linguagem e realidade fundamentam-se através de uma função expressiva da comunicação. É a linguagem que impulsiona as civilizações, caracterizando épocas, criando processos que situam o homem como constante produtor de conhecimento.

## **2.2 NEOLOGIA: EXPRESSIVIDADE E CRIAÇÃO LEXICAL**

Citando Isquierdo (2004, p. 11),

na história das diferentes civilizações, a palavra sempre foi mensageira de valores pessoais e sociais que traduzem a visão de mundo do homem enquanto ser social; valendo-se dela o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exerce seu poder sobre o universo natural e antropocultural, registra e perpetua a cultura. Assim, o léxico como repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades, definindo fatos no decurso da história, recortando realidades do mundo, razão por que estudar o léxico implica também resgatar a cultura.

Na medida em que se configura como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os

hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações socio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade.

Sendo um conjunto de unidades responsável pela manifestação temática do discurso e da linguagem, o léxico de uma língua vai além dos termos empregados no cotidiano, pois a cada momento o indivíduo age, pensa de maneira diferente, exteriorizando suas idéias por meio de palavras, muitas vezes de forma inusitada. A cada dia brotam vocábulos novos, outros conceitos vão sendo criados, e esse acervo, sempre disponível para receber todo e qualquer tipo de criação nova, expande-se, surgindo, então, a necessidade de o indivíduo incorporar a ampliação desse repertório. É a mobilidade e a flexibilidade da língua que tornam possível a dinamicidade do saber nas várias formas do dizer e do saber dizer. Podemos considerar o léxico uma riqueza cultural, por ser através dele que o homem constrói a sociedade e, conseqüentemente, a sua história. Aprender uma língua é aprender não só as palavras, mas também seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais os indivíduos de um determinado grupo social entendem e interpretam a realidade e a si mesmos. A apreensão da realidade passa por uma concepção lingüística, mesmo que ela seja imprecisa. As palavras servem para marcar este processo pelo qual apreendemos cognitivamente a realidade. Realizando-se no uso, nas práticas sociais, a língua possibilita ao ser humano significar o mundo e a realidade, pois, como lembra Vilela (1979), através das palavras está o mundo presente na língua.

Segundo Coseriu (1982), a linguagem destina-se a expressar idéias e a tentar determinar a finalidade expressiva que predomina nos atos da fala. A essência da linguagem reside na comunicação prática. A língua revela a identidade do falante, de sua comunidade historicamente constituída. A linguagem manifesta-se pela língua,

como atividade criadora. A língua não é produto estático, mas produção concreta, sofre mudanças, estando em processo contínuo de produção social, histórica, ideológica e cultural. As transformações sociais e culturais refletem-se nitidamente no acervo léxico de uma comunidade. A necessidade de nomear as novas criações, as mudanças, as novidades estimula a criatividade e a imaginação fértil dos falantes; termos novos vão surgindo e, se aceitos, incorporam-se ao léxico. Denominam-se neologismos, “composto híbrido do latim *neo* (novo) e do grego *logos* (palavra)”, CARVALHO (1984, p. 8). Como dissemos, são produzidos concomitantemente a recortes culturais e, articulados a estes, sustentam o sistema de valores de uma comunidade lingüística. Às vezes expressam um modo de ver e sentir original, diferente, crítico, numa tentativa de impor uma visão de mundo a uma comunidade. É o ser humano que, na busca constante do mundo extralingüístico, atinge o lingüístico e o modifica.

Os tempos atuais têm sido caracterizados por mudanças cada vez mais rápidas, num ritmo alucinante. Além das técnicas, da aparelhagem industrial e doméstica, até as relações interpessoais e os costumes se modernizam. Acompanhando essa dinamicidade, o léxico de uma língua também se renova com grande velocidade. Podemos observar na imprensa diária a conseqüência das inovações, pela quantidade de novos itens lexicais que surgem na língua comum. As palavras não nos são impostas, mas nascem dos imperativos da vida, quer dizer, de visões pessoais ditadas pela experiência e pela compreensão das coisas.

Toda língua é produto da criatividade humana e, como tal, está em constante movimento, para acompanhar e exprimir as mudanças por que o homem vai passando ao longo da sua história. O poeta russo Maiakóvski, com muita propriedade disse: “O povo é o inventa-língua”. De fato, a língua é um poderoso

instrumento por meio do qual o homem interpreta a sua relação com o mundo em que vive. Para traduzir certas interpretações, muitas vezes, ele sente necessidade de criar palavras que até então não existiam. Um dos domínios em que mais sensivelmente se manifestam as mudanças na língua é o léxico, isto é, o vocabulário: palavras envelhecem e caem de uso, mudam de sentido ao longo do tempo e nos diferentes lugares; palavras novas surgem e ocupam o lugar de outras. O universo léxico, sustentando-se na tensão conservação/mudança, constitui um universo de significação, fonte inesgotável de novos valores, novos recortes culturais.

De acordo com Basílio (2004), em um mundo em constante transformação e evolução, sempre será preciso que se criem novas palavras, para designar situações e objetos até então inexistentes. Os processos de criação de palavras mostram que há um constante enriquecimento lexical na língua, resultante principalmente do dinamismo das modificações culturais, que dia a dia criam novos objetos, novos fatos, novos conceitos. Segundo esta mesma autora, o léxico categoriza as coisas sobre as quais queremos nos comunicar, fornecendo unidades de designação, as palavras, que utilizamos na construção de enunciados. Como sistema dinâmico, apresenta estruturas que permitem a formação de novas unidades por parte do falante.

O sistema lingüístico, como um conjunto de possibilidades e de invariantes, permite constantemente o aparecimento de novas unidades lexicais que se traduzem como palavras novas, criadas pelo falante, sob o impulso do momento, para satisfazer alguma necessidade imediata, isto é, o falante vai em busca de novas formações vocabulares para satisfazer a necessidade subjetiva de exprimir uma forma pessoal e diferente de ver ou de sentir o mundo. Para Marcuschi (2004),

existe um condicionamento sociocultural, ideológico e comportamental das comunidades em relação à atividade lingüística.

Para uma palavra nova incorporar-se ao léxico é indispensável o exercício, a repetição. Essa repetição só será eficaz se for em frases numerosas e variadas, tanto oralmente como por escrito, e integradas à vivência pessoal. A mudança lingüística é fenômeno permanente que responde às necessidades da comunidade dos falantes, sejam elas de ordem social ou técnica. Assim, sempre que se faz necessário nomear um objeto, uma idéia, um novo fato social, um novo termo é criado ou um termo já existente passa a ser empregado com novo significado. Nessa nova nomeação, com mudança de forma ou mudança de sentido, consiste o neologismo.

Sendo a língua um patrimônio de toda uma comunidade lingüística, a todos os membros dessa sociedade é facultado o direito da criatividade léxica. O homem, normalmente, cria a partir de algo já existente; ele se vale de termos conhecidos, ligados a determinadas noções, e os utiliza em novas formações, ou seja, faz uso de uma *interlexicalidade*. O neologismo pode ser formado por mecanismos oriundos da própria língua, ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas lingüísticos. Na língua portuguesa, os dois recursos têm sido amplamente empregados. Às vezes, acrescentamos significados a determinadas palavras sem que elas passem por qualquer processo de modificação formal. Essa forma de enriquecimento do vocabulário é extremamente produtiva. Na realidade, ocorre uma ampliação do significado original da palavra. Conforme Carvalho (1984), o neologismo semântico se refere à atribuição de um significado novo a uma palavra já dicionarizada. A neologia semântica parece ser o processo mais freqüente e mais produtivo na dinâmica de ampliação e renovação lexicais.

De acordo com Alves (1990, p. 62),

muitos neologismos são criados na língua portuguesa sem que se opere nenhuma mudança formal em unidades léxicas já existentes. Qualquer transformação semântica manifestada num item lexical ocasiona a criação de um novo elemento. Trata-se, nestes casos, do neologismo semântico.

Através dos meios de comunicação de massa, os neologismos recém-criados têm oportunidade de serem conhecidos e, eventualmente, de serem difundidos. A imprensa é uma das vias de acesso de inúmeras modificações da linguagem: os jornalistas introduzem neologismos em suas seções, que logo se atualizam junto a um público sempre ávido de novidade. Repetidos diariamente, passam a fazer parte do vocabulário geral, sendo usados também nos atos de fala. Sendo assim, uma das maneiras mais fáceis de se tomar conhecimento de uma inovação lingüística é através da imprensa, notadamente a imprensa escrita, jornais e revistas. Isto porque a informação jornalística está ligada à cultura de massa, de intenção comunitária e generalizante. Nela, a linguagem rebuscada é substituída pela simplificação, a serviço de uma maior comunicabilidade. A influência do jornal na linguagem, contudo, é maior do que a revista, por ser editado diariamente, custar menos e usar a palavra mais do que a imagem. Seu público é também muito diversificado, atingindo larga faixa da população.

Ao abordar alguns estudos sobre a teoria do neologismo, deparamo-nos com Mattoso Câmara (1985), que define neologismo como inovações lingüísticas que se dão no nível vocabular pela criação de novos vocábulos e, no nível frasal, pelos novos tipos de construção de frases.

Charadeau & Mainguenu (2004) designam neologia como um processo contínuo de formação das novas unidades lexicais (palavras ou combinações) de

uma língua. Sendo ligada à necessidade de nomear os novos conceitos e as novas realidades, a neologia efetua-se em ritmos variáveis, isto é, à medida que surgem novos objetos e novas realidades a serem nomeadas. Presente na consciência dos sujeitos, submete-se à sua avaliação.

Para Guilbert (1975), a quem devemos valiosas reflexões sobre o processo neológico, a necessidade da criação de novos vocábulos é inevitável. Diz ele:

Que se trate de uma descoberta científica, de um progresso industrial, de uma modificação da vida social, de um momento do pensamento, de uma maneira de sentir ou de compreender, de um enriquecimento do domínio moral, o neologismo é imperiosamente solicitado e todo mundo cria palavras novas, tanto o sábio quanto o ignorante, tanto o trabalhador quanto o preguiçoso, tanto o teórico quanto o prático. (GUILBERT, 1975, p. 15).

A unidade lexical neológica representa as necessidades cotidianas de nomeação; em muitos casos, retrata um fato histórico, político, social, um desenvolvimento científico ou tecnológico, ou seja, está presente em todo movimento do mundo e da sociedade.

Vejamos como o mencionado lingüista demonstra a criatividade lexical. Na sua conhecida obra *La Créativité Lexicale*, o autor nos fala que esta criatividade pode ser de quatro tipos: denominativa, criação neológica estilística, neologia da língua e poder gerador de certos elementos constituintes. O primeiro tipo é muito encontrado, atualmente, em especial no mundo da informática. A necessidade de se nomear objetos surgidos pelo avanço da informatização produziu milhares de neologismos, muitos incorporados à língua, os quais exemplificamos: *monitor*, *torre*, *placa-mãe*. O segundo tipo explica os neologismos criados na linguagem literária e mesmo na imprensa escrita; às vezes, não encontram guarida nos dicionários de língua, mas são responsáveis pela produção de textos extremamente expressivos. Podemos citar criações como *teadorar* de Drummond, *fraternura*, *elefantástico* de



Guimarães Rosa; da imprensa escrita, *Aerolula* e *mensalão*. Como o léxico à disposição do autor é insuficiente para expressar suas necessidades, então, lança mão de expressão própria, individual. O terceiro tipo aparece freqüentemente na fala coloquial. São aquelas unidades lexicais criadas momentaneamente, obedecendo às regras de formação de palavras da língua portuguesa. Embora sejam expressivas e traduzam uma idéia, não se encontram lexicalizadas. São chamados de neologismos de língua, criados pela necessidade cotidiana de nomear objetos, fatos, situações. Surgem para cumprir uma finalidade específica: nomear algo a que falta uma denominação específica. Podemos dizer que se trata de neologia denotativa, cuja finalidade precípua é nomear, pois diz respeito ao processo de criação vocabular desencadeado pela necessidade de dar nome aos objetos novos criados pelo homem. Esse tipo de criação vocabular impõe-se ao sistema lingüístico, o que exemplificamos com *imexível* e *desexplicar*. A neologia conotativa, pelo contrário, resulta da procura da expressividade para traduzir pensamentos velhos de maneira nova, ou para nomear modos de pensar ou de sentir inéditos; equivale à necessidade de expressividade lingüística. O quarto tipo é representado por elementos, normalmente greco-latinos, já conhecidos, mas que retornam com ares de novidade: *megaevento*, *hipercorreção*, *fumódromo*.

Adotando ainda a classificação deste último autor, nos neologismos de língua listam-se os termos descritivos – os objetivos – usados para nomear uma nova situação; em geral, essas inovações permanecem em uso por mais tempo nas formas de dizer dos usuários; nos neologismos de fala incluem-se os neologismos criados com a intenção de crítica ou de humor, que duram pouco ou nada - os subjetivos.

Lemos, também, em Guilbert (1975) que o léxico é representado por unidades relacionadas ao universo referencial, às transformações do mundo e da sociedade. Segundo este lingüista, a neologia refere-se a todos os fenômenos novos que atingem uma língua: é a possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em razão das regras de produção incluídas no sistema lexical; por outro lado, neologismo é a palavra criada, o produto da neologia. A criação neológica deve necessariamente refletir a dinâmica da língua e a liberdade de seus falantes. O estudo da dinâmica da renovação lexical é considerado como um aspecto relevante, porque é nela que se observam mais claramente as transformações pelas quais passa o sistema de valores grupalmente compartilhados, as mudanças continuadas de um sistema social e de um sistema cultural.

Lexicólogos brasileiros, como Alves (1990), também se manifestaram a esse respeito:

(...) o estudo sistemático da neologia no português brasileiro é, sob a perspectiva lingüística, a análise dos processos de formação de novas palavras; do ponto de vista extralingüístico, constitui o estudo da evolução da sociedade brasileira.

A necessidade que tem o falante de apreender o real, reelaborando e sustentando sua visão de mundo, seus sistemas de valores, um mundo lingüística e semioticamente construído é que dá origem à criação lexical. É no ato da fala que se dá a criação neológica. Sabe-se que cada ato de fala é inédito, no sentido de que é único, exclusivo, jamais se repete. Assume o *status* de neologismo de língua se for aceito pelos interlocutores e reempregado noutros atos de comunicação.

É da essência da linguagem buscar o máximo de expressividade: sendo assim, os usuários da língua, freqüentemente, a consideram desgastada e descolorida, o que os leva a inventarem novos matizes metafóricos para palavras

velhas, ou a inventarem novas formas que eles julgam corresponder melhor àquilo que pretendem dizer.

As comunidades ampliam dia a dia seu repertório de signos lexicais para designar a realidade da qual tomam consciência. Eis por que o léxico das línguas vivas vive hoje um processo de expansão permanente. A rapidez das mudanças sociais provocadas pela freqüência e intensidade das comunicações e da progressiva integração das culturas e povos, bem como da atuação dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações faz dele o único domínio da língua que constitui um sistema aberto, diferente dos demais.

O mundo das palavras é agitado, dinâmico e nervoso, reflexo do próprio universo dos homens que, sempre em busca de novidades, transformam-no, exigindo-se a invenção de palavras novas para denominá-lo. Muitas vezes não é a criação de um novo objeto que exige a invenção de palavras, mas novas interpretações que se passa a fazer do mundo e das coisas. Toda língua possui recursos próprios para a criação de palavras. As palavras novas nunca surgem do nada: elas sempre são criadas a partir da recombinação de formas preexistentes na língua.

Coseriu (1979) diz que criar um item lexical novo é romper com a norma, é utilizar e realizar no grau mais alto as possibilidades do sistema: é utilizar todas as possibilidades que a língua oferece. À vista dos vocábulos neológicos, estaríamos, segundo as formulações deste autor, diante da criação de uma norma. Este lingüista, dentre outros, ao deparar-se com inovações lexicais, percebeu que a dicotomia saussuriana – língua e fala – não dava conta das variações criadas pelo grupo social, ainda no plano formal, mas perfeitamente entendidas pelo falante já que eram permitidas pelo sistema. Assim surge a norma, como conjunto de

elementos formais e constantes permitidos pelo sistema - conjunto de vias fechadas e de vias abertas, de coordenadas prolongáveis e não-prolongáveis.

Ilustrando o pensamento de Coseriu, citamos Cony (2005):

(...) para o exercício de uma atividade profissional ou recreativa, descobrimos o povo, em sua acepção mais larga, como autor da linguagem. Não se concluirá daí que, criando o coloquial, a fala do dia-a-dia, o povo agride a Norma por prazer ou revolta. Inconscientemente, ele sabe que, mais cedo ou mais tarde, a Norma lhe dará razão e mérito (FSP, Ilustrada, p. E13, 20 mai. 2005).

Guilbert (1975) concentra-se em dois grandes fatores teóricos da linguagem. O primeiro está centrado na relação dialética mudança e permanência, admitindo que a língua constitui mudança e permanência ao mesmo tempo. Surgem daí as normas sociais e as possibilidades criativas dessas normas, no campo da linguagem funcional. O segundo fator está dimensionado na relação gramaticalidade e aceitabilidade, considerando-se que todo ato de criação advém de um contexto em que esse ato se insere.

Cada comunidade humana que forja o seu instrumental lingüístico, para criar novos conceitos, utiliza o modelo lingüístico herdado por seu grupo social. Assim, os termos são gerados com base na lógica da língua em questão, segundo os padrões lexicais nela existentes. Isso permite que as neologias criadas possam ser facilmente decodificadas, pois sua referência seria inferida de outros termos já conhecidos.

Lembrando Barbosa (1996), importa considerar a dimensão semântica e pragmática do neologismo, que nos remete às questões de aceitabilidade e da desneologização, enfim, ao provável percurso realizado pelo neologismo: sua criação, aceitabilidade e desneologização. O instante de sua criação, o momento pós-criação, que se refere ao julgamento de sua aceitabilidade por parte dos

destinatários, bem como sua inserção no vocabulário e no léxico de um grupo lingüístico cultural e o momento em que começa a dar-se a sua desneologização.

Se o primeiro momento do ato neológico é a criação, o segundo momento se refere à recepção e à aceitabilidade do neologismo pelos destinatários, bem como sua inserção no conjunto das unidades léxicas memorizadas. O julgamento da aceitabilidade se processa no meio social, depende não só da vontade individual como também de um consenso social e cultural. São condições da aceitabilidade do neologismo, seu emprego por vários locutores e o sentimento de que é compatível com a língua.

A importância do conteúdo da informação veiculada pelas palavras, ou seja, sua carga de informação, é inversamente proporcional à freqüência de sua utilização. O contato maior do neologismo com os falantes-ouvintes faz paulatinamente desaparecer o impacto da novidade lexical. O caráter da neologicidade vai sofrendo um processo de esvaziamento progressivo, até que, imperceptivelmente, o vocábulo passa a integrar o inventário das unidades léxicas memorizadas de alta freqüência e distribuição regular entre os falantes.

### **2.3 PRODUÇÃO DE SENTIDOS: ASPECTOS DISCURSIVOS**

Lexia, segundo a Teoria de Bernard Pottier, é a unidade virtual memorizável do sistema lexical. A lexia se atualiza no discurso, em forma de palavra que, num conglomerado de traços significativos, converte-se na unidade mínima construída, ou seja, é a lexia manifestada. Formada por uma combinatória de elementos mínimos que produz sentidos, constitui-se como unidade de significação (LOBATO, 1977)

A linguagem expressa sentidos diferentes, de acordo com diferentes experiências e situações. Todo ato de fala é vulnerável à oscilação de sentidos. Cada palavra, em dado momento, é portadora de um sentido, que adquire especial relevo no contexto. A palavra é, por definição, polissêmica, pois muda de sentido, segundo as posições ocupadas por aqueles que a empregam. É por essa razão que não podem ser analisadas isoladamente; é preciso considerá-las no seu contexto de uso, o momento histórico, o sentido que elas assumem.

Podemos dizer que os valores de uma unidade léxica determinam-se pelo lugar que esta ocupa na estrutura dimensional de uma informação temática, ou seja, a palavra assume diferentes dimensões dependendo da natureza do discurso. Traduz-se, assim, a questão social da linguagem, marcada pelos acontecimentos que dia a dia vão se redefinindo, criando novos espaços para a configuração de novos conceitos. O vocábulo *apagão* define-se como sendo um caminho para a reflexão sobre o léxico, sobre a palavra, seu uso, situação e contexto.

Os atos ideológicos mobilizam-se, mediante objetivos e pressupostos, dentro do que é chamado ato de manipulação discursiva. O caráter ideológico da linguagem abre-se na condição de uma situação ideal de discurso, mediante o sentido e a possibilidade de atividade, situações históricas, motivos sociais. As unidades lexicais de uma língua são portadoras de significados e refletem os diferentes momentos da história de uma sociedade.

Segundo Fiorin (1990), discurso e ideologia refletem as relações sociais. As classes sociais utilizam-se da linguagem para transmitir suas representações ideológicas. A língua, como sistema de produção interativa, responde por toda e qualquer manifestação ideológica existente. Qualquer ato discursivo passa pela linguagem e reflete nela as condições de produção de conhecimento, interagindo

situações de um fazer social e cultural. Nesse aspecto, a língua torna-se um fato social, concretizando uma maneira peculiar de ver o mundo de cada comunidade, como diz Carvalho (1984). O sentido de uma palavra vai depender de associações resultantes de comparações e cargas emocionais. Revela preconceitos e tabus sociais.

Em relação à produção e à ampliação de sentidos, tomamos como mecanismo norteador a parassinonímia, que tem o poder de esclarecer os efeitos de sentido produzidos pela comunidade. Cabe dizer, entretanto, que, ao princípio básico da parassinonímia, convém acrescentar a possibilidade de uma interpretação metafórica, para melhor definição e distensão dos sentidos construídos. A equivalência significativa é possível numa dada situação lingüística, onde só funciona uma parte do campo semântico que a palavra *apagão* abarca. Em se tratando do vocabulário, tanto da língua geral como o da especialidade, a parassinonímia abre caminhos para a ampliação de sentidos de unidades lexicais, considerando-se a forma como essa unidade se atualiza no discurso. Para tanto, procurou-se, nos princípios básicos do léxico, mobilizar as várias ocorrências do vocábulo, de forma a explicar suas variações e efeitos de sentido na imprensa escrita.

Mudança lingüística e contexto social relacionam-se e tornam-se fato existencial no universo humano. Dubois (1973) afirma que todo ato de mudança verifica-se na estrutura social, dadas as condições de atuação do homem, frente às realidades do mundo e à possibilidade de adequar situações representativas da língua, conforme objetivos e necessidades de interação comunicativa. A neologia dá-se pela criação de palavras novas ou englobando, nas palavras de usos, novas unidades de significação. Para o referido autor, a neologia da forma consiste em se

fabricar novas unidades e a neologia do sentido consiste em empregar um significante já existente na língua, conferindo-lhe um novo conteúdo ou que tenha sido expresso por outro significante. A neologia do sentido parece surgir no discurso, tendo em vista que uma unidade da língua pode aceitar situações de mudança compatíveis com as necessidades de criação e de ajustamento discursivo, dependendo das circunstâncias apresentadas. Acrescenta-se o fato de que a comunicação, objeto da simbolização operada pelo sistema lingüístico, confere à linguagem um caráter social. Sendo assim, o signo lingüístico permite ao homem prender-se à possessão do mundo, representando-o, coordenando seus pensamentos por uma seqüência de signos, conforme as regras do sistema gramatical de que dispõe para se comunicar.

O signo lingüístico, composto por traços mínimos de significação, engloba várias possibilidades virtuais de sentido. Por meio de operações lógicas de interpretação do conteúdo dos traços de significação de base dos vocábulos utilizados, amplia-se o leque de possibilidades virtuais do signo e recupera-se o novo referente, recém-categorizado por sua apreensão da realidade. A diferença entre o conhecido e o novo se faz presente, mediante o emprego de especificações constituintes dos sintagmas, o que contribui para o necessário processo de reconceptualização do signo. São apenas itens lexicais que, em decorrência do dinamismo da língua, sofrem pequenas alterações para acompanhar a evolução dos tempos. Neles, o que se pode observar é a perda ou o acréscimo de um ou mais semas, para fins de adequação às necessidades de comunicação no momento em que são usados, sem que por isso passem a designar referentes novos, que os façam desviar de seu significado de base.



Por outro lado, é preciso entender que não somente as coisas do mundo e o modo de conhecimento teórico que elas implicam aparecem, mas também ganham destaque a diversidade das relações entre os interlocutores, enquanto indivíduos e membros da comunidade social. A língua, nesse caso, torna-se um fato social, não somente pelo seu funcionamento, mas pela sua natureza, regrido as mudanças entre os membros de uma comunidade. Assim sendo, a relação entre a criatividade, o uso e a norma sustenta-se sob o ponto de vista dinâmico da criação e esta reside na atividade languageira do indivíduo.

Quando Saussure (1973) definiu a *langue* como objeto da Lingüística, havia todo um contexto positivista que considerava ciência apenas os estudos que conseguiam delimitar um objeto e buscar suas invariâncias. Nesse sentido, o conceito de *langue*, que foi amplamente aceito, atendia às expectativas dos cientistas da época e, ao mesmo tempo, separava a lingüística das outras ciências. Por *langue*, “língua”, Saussure designava o conjunto de regras fonológicas, morfológicas e sintáticas, necessárias para a produção dos significados. Desse repertório, cada indivíduo teria a liberdade de escolher o que lhe conviesse para atingir seus propósitos comunicativos, fazendo uso da *parole*, a “fala” - atualização dos elementos existentes na *langue*.

Podemos dizer que a dicotomia *língua/fala*, apresentada por Saussure, associada às bases teóricas do signo lingüístico, contribuiu para o advento de teorias interativas da linguagem, nas quais a concepção da criação neológica e, mais particularmente, do léxico, assume novas perspectivas. Essas teorias interativistas reavaliam a relação entre a fala e a língua, direcionando uma nova perspectiva de análise. A presença do locutor e da comunidade encontram-se reintroduzidas na língua, que deixa de ser um sistema puramente abstrato e

concretiza-se na formação de um discurso languageiro, onde novas criações lexicais situam novas tendências da experiência humana.

Em seu Curso de Lingüística Geral (1973), Saussure já se refere à língua como um fato social. No âmbito dos estudos lexicais, as relações estabelecidas entre a sociedade e a unidade lexical têm também sido enfatizadas por vários lexicólogos. Unidades lexicais que apresentam um parentesco de caráter sociológico, parentesco esse que somente poderá ser reconhecido por meio do estudo da época em que elas se inserem.

O sistema lingüístico, notadamente o nível lexical, deixa transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, à visão de mundo de uma determinada sociedade. Enquanto fato social, a língua tem seu lado segregacionista e discriminatório.

Detivemo-nos, também, neste trabalho, na função discursiva do neologismo *apagão*. Nessa perspectiva, é lugar de partida a concepção da língua como objeto lingüístico-histórico, o que nos leva à afirmação de que os processos de significação são determinados historicamente. Assim sendo, a língua não é entendida como uma entidade autônoma, ou seja, que funciona por si só, ao contrário, a língua produz sentidos porque se inscreve na história.

Para Guilbert (1975), toda criação neológica situa-se num nível de alteração, segundo o qual toda mobilidade dos mecanismos lingüísticos está atrelada a circunstâncias histórico-discursivas, no ato criador. Das alterações fonológicas, pode-se considerar a formação da substância do significado e da sua transcrição. Da neologia sintagmática, há de se englobar todos os modos de formação que implicam a combinação de elementos diferentes. A morfossintaxe aproxima todas as formas de derivação, independentemente dos componentes de natureza formal da sua

relação. Da neologia semântica, abre-se espaço para a mudança de sentidos sem a criação de uma substância significante nova, pois ela está no domínio do significado. Do empréstimo, definem-se os diferentes aspectos de empréstimos a uma língua estrangeira.

Nenhuma dessas alterações, porém, dissocia-se do espaço histórico-discursivo, considerando-se que toda e qualquer mudança na língua atrela-se ao contexto histórico, social e cultural, dependendo das necessidades de criação.

Maingueneau (2004, p. 44) escreve:

A língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam seus saberes quer de ordem lingüística, que de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Conforme já relatamos, a comunidade brasileira viveu, durante o ano de 2001, com forte carga emocional, um acontecimento que já fora banido por muitos anos da nossa realidade: o racionamento de energia elétrica.

Considerado inusitado e relevante, na época, o fato era abordado diariamente pela imprensa escrita; palavras e expressões neológicas surgiam dia a dia, convergindo para um curioso campo lexical, com o qual os brasileiros iam se familiarizando: *acionamento, apagão, cota e meta de consumo, percentual da meta, sobretaxa, bônus*.

Inicialmente, pensamos em fazer um estudo sobre esse vocabulário específico da crise energética; após uns meses, resolvemos nos deter somente em uma fração desse conjunto, o mais recorrente na imprensa escrita, ou seja, o neologismo *apagão*. Buscamos fazer o acompanhamento lingüístico-discursivo desse elemento, o qual ainda não se encontra dicionarizado. A mais recente edição do *Aurélio Século XXI – O Dicionário da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 1999) foi utilizada como *corpus* de exclusão; serviu para demonstrar que o item lexical levantado não está inserido nessa obra lexicográfica, o que lhe garante, pelo menos *a priori*, a característica de neologismo.

Para a constituição do *corpus*, recolhemos as ocorrências desse item neológico em periódicos de caráter informativo e revistas de atualidades. Nos jornais e revistas analisados, os itens léxicos foram buscados nas manchetes e títulos de reportagens, em colunas referentes a assuntos diversos: política nacional, economia, colonismo social; foram encontradas ocorrências também em história em quadrinhos, anúncios publicitários e crônicas jornalísticas.

Buscando representar a imprensa escrita nacional, manuseamos os seguintes jornais: *Integração* (JI) e *O Liberal* (JL), de Presidente Venceslau; *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (ESP), de São Paulo. Coletamos o maior número de manifestações na *Folha de S. Paulo* (FSP), jornal que atinge um número grande e variado de leitores. As revistas *Veja* (RV), *Época* (RE) e *IstoÉ* (RI), de São Paulo, também fizeram parte da coletânea analisada. O período de busca do neologismo compreendeu de abril/2001 a outubro/2004.

Após ter abordado alguns aspectos teóricos, fizemos uma apreciação lingüístico-expressiva do neologismo, bem como das novas formas criadas a partir dele, os seus novos usos. Acompanhamos a recorrência dessa lexia na imprensa escrita, as formas neológicas criadas a partir dela, os efeitos de sentidos a cada dia adquiridos, de acordo com novas situações de uso. Os itens neológicos foram analisados sob o aspecto da expressividade (denotação/conotação), quanto à expansão morfológica (formação de palavras) e quanto à discursividade (produção de sentidos).

Preferimos grafar os itens neológicos em itálico. O contexto em que se encontram foi delimitado por aspas. As fontes são fornecidas com a sigla estipulada para o nome da publicação e com a data.

O léxico, dentro dos componentes do sistema, é o que melhor se ajusta à criação de uma norma dentre as inúmeras permitidas pelo sistema. Considerando o uso, a função e o sentido das palavras, o termo *apagão* foi apreciado em seus significados lexicais e contextuais, tendo em vista o processo de denominação e de conceptualização, próprio de toda língua natural, enquanto apreensão e codificação do universo para fins de comunicação, bem como o processo de reconceptualização dessas palavras nas diversas situações discursivas.

Desse modo, é comum as palavras transitarem livremente pelos subcampos de um mesmo campo semântico, devido à presença de um traço conceptual que lhes seja comum. Por isso, podem ser observadas desde pequenas alterações até mudança total de seus significados, considerados os níveis lexical e textual. Cabe então ao leitor, com sua competência lingüística, reconhecer as categorizações e as conceptualizações manipuladas pelos autores dos textos. Reconceptualização tem seu sentido ampliado, para indicar qualquer alteração de significado das palavras, desde que resultante de um fazer interpretativo.

## 4. ANÁLISE DO CORPUS – RESULTADOS OBTIDOS

### 4.1 APAGÃO: IRONIA OU EXPRESSIVIDADE?

Cada um de nós, já encontra, ao nascer, formada e em pleno funcionamento, a língua que deverá falar. A sociedade nos impõe a sua língua como um código do qual nos devemos servir, obrigatoriamente, se desejamos ser compreendidos (LOPES, 1975).

Essa afirmação nos faz lembrar Saussure (1973), quando compara a língua a um dicionário, cujos exemplares distribuem-se entre os membros de uma sociedade. Desse dicionário, que é a *langue*, cada indivíduo escolhe o que melhor lhe convém à sua proposta de comunicação. Tal ação, atualizada pelo falante em cada uma de suas situações comunicativas concretas, caracterizando uma liberdade individual de combinações, denominou-se *parole*.

O ato da comunicação falada ou escrita tem, pois, essas duas faces paradoxais: as coerções impostas pelo sistema lingüístico e a liberdade relativa que tem o sujeito de servir-se dos elementos constitutivos da língua (BIDERMAN, 2001).

Sendo assim, o indivíduo dispõe de um amplo espaço de liberdade para atuar, criando palavras quando for necessário. A necessidade de criar palavras decorre do fato de que toda língua é expressão da cultura de um povo. Portanto, alterações no mundo da cultura determinam alterações na língua, sobretudo no léxico. A formação de palavras novas depende basicamente da necessidade de preencher vazios existentes no léxico. E não raro, a necessidade de criar palavras novas surge por razões de natureza subjetiva. Poetas, literatos, o povo em geral, em busca de expressividade, preferem inventar palavras novas a usar outras já consagradas e, talvez por isso mesmo, desgastadas pelo uso. Como diz Biderman,

(2001, p. 32), “o sistema faculta ao indivíduo o exercício da sua criatividade na expressão de seus sentimentos, idéias e emoções”.

As palavras não são neutras: elas carregam consigo as tensões, os conflitos e os preconceitos característicos das relações entre os homens. Elas revelam nossas crenças, transportam nossos sentimentos e denunciam nossos preconceitos. Há palavras que elogiam e palavras que insultam, que inocentam e que condenam, que inspiram concórdia e que induzem à revolta. Numa sociedade com diferenças de classe, há palavras nobres e plebéias, palavras que têm status e palavras humildes, como são as pessoas a que elas estão ligadas. O neologismo *apagão* é um exemplo disso. A imprensa, ou o povo, não denominou a possibilidade de falta de energia como *blecaute*, palavra usada durante muito tempo para nomear tal acontecimento. Foi criada uma palavra mais ao gosto do brasileiro, derivando-a da base *apagar*, já conhecida por todos. Talvez tenha sido a tonalidade da palavra, tão atraente para o sujeito falante, que tenha desencadeado certa vibração emocional. Considerado um elemento avaliativo, o sufixo *-ão*, popular, deu à palavra a expressividade que faltava, uma mistura de aumento com pejoratividade: uma escuridão em grandes proporções. Percebe-se que o elemento de avaliação pode não constituir o significado fundamental da palavra, mas intensificá-lo. Assim se destacam em nosso espírito certos sufixos como poderosos centros de carga afetiva. O sufixo é elemento de derivação: serve para mudar a palavra de classe ou para acrescentar traços semânticos que alteram o sentido da base. A escolha da palavra derivada em função do sufixo serve para impulsos da exteriorização e do apelo. A língua portuguesa é muito rica em afixos responsáveis por uma derivação emotiva. Ao fornecer dados sobre a estrutura de uma palavra, aumentamos a percepção e o domínio do significado que ela denota ou conota. A palavra *apagão* exemplifica que o valor dado



a ela depende do convívio social. Isso confirma a genialidade do brasileiro, que faz verdadeira alquimia com as palavras, para acrescentar-lhes sentidos e efeitos que comumente não possuem. O maior criador de palavras é o próprio povo que, sem o saber, aplica os mesmos procedimentos que os grandes literatos para formar palavras novas, isto é, recombina elementos mórficos já existentes no idioma.

Como sabemos, os sufixos são partículas colocadas após a palavra, formando uma nova unidade. A partir do significado inicial da base *apagar* o sentido de *apagão* torna-se facilmente assimilável. Concordando com Saussure, a palavra tem um significado intelectual, em que se apóia a função representativa da linguagem. O neologismo *apagão* surgiu nomeando uma realidade recém-criada, a crise energética. O seu uso foi fixado a partir da divulgação da imprensa.

Por meio da derivação sufixal, o sufixo, elemento de caráter não-autônomo e recorrente, atribui à palavra-base a que se associa uma idéia acessória e, com, freqüência, altera-lhe a classe gramatical” (Alves, 1990, p. 29).

O estudo da sufixação é importante porque, segundo Lapa (1982), é nos sufixos que a carga das paixões se dá com maior energia. Projeta no texto a carga expressiva de que é portador. É firmado nas gramáticas que os sufixos são importantes veículos de alteração da classe das palavras primitivas.

Vários sufixos nominais associam-se a bases verbais a fim de formarem substantivos e adjetivos neológicos cujo significado está relacionado à ação verbal: *chuvão*, *chorão*. Alguns sufixos atribuem diferentes matizes às bases, o sufixo *-ão*, por vezes, imprime função desvalorativa: *lixão*, *mandão*, *pidão*, *mensalão*, *partidão*. O caráter pejorativo já é característico de certos sufixos: *literatice*, *politicalha*. A partir de bases verbais o sufixo *-ão* pode derivar itens léxicos substantivos, em que a grande dimensão adquire contornos exagerados. Denomina as coisas mais com o

sentimento do que com a razão, dando-lhes uma conotação especial: *mulherão*, *carrão*, *narigão*, *timão* (*time*), *pacotão* (*conjunto de medidas econômicas decretadas pelo Governo*). Provido de valor aumentativo, esse sufixo imprime, por vezes, valor satírico, como expresso claramente no contexto da crise energética. *Apagão* se generalizou e assinala o estilo da linguagem popular, como reafirma o sufixo *-ão*.

Há de se perceber que a língua não é um todo uniforme. Dentro de qualquer língua viva existem vários matizes, níveis e registros. Contribui para isso, em parte, uma ação decorrente da configuração fonética, mas também a de aderência de lembranças extralingüísticas, que faz o significado intelectual pesar muito menos do que o conteúdo emotivo. Ao significado propriamente dito de *apagão*, acrescentou-se uma tonalidade afetiva, concorrendo, para isso, a própria configuração sonora da palavra, que assinala o estilo de linguagem popular, na expressão de uma linguagem onde a afetividade é posta em primeiro plano. Por outro lado, o vocábulo sofre o contágio da sensação desagradável, desconfortante que decorre, talvez, da analogia com *escuridão*, pela semelhança fonética. Além disso, restringindo-se *apagão* ao *ato de apagar*, podemos considerá-lo o motivo da *escuridão*, a qual foi gerada por decorrência desse ato (*apagão/causa*; *escuridão/conseqüência*).

Embora coloquial, o neologismo, pela transmissão usual, estendeu-se às pessoas cultas, às classes dominantes, nas situações em que procuram fazer uso de registros mais espontâneos. O termo popular parece ter a capacidade de rapidamente socializar um fato novo ou um sentimento emergente. Percepção que se traduz na ironia e criatividade, pondo em relevo o traço predominante da realidade nomeada. Em *apagão*, o sufixo *-ão* amplia a popularidade do termo. Denomina o fato mais de acordo com o sentimento do que com a razão, dando-lhe

uma conotação especial. Podemos dizer que a palavra empregada é sugestiva, despertando em nós uma tonalidade afetiva inesperada e nova.

Ao criar um neologismo, o emissor tem, muitas vezes, plena consciência de que está inovando, gerando uma nova unidade léxica, pelo processo de formação vernácula. Sua maneira de expressar-se reflete o seu mundo interior, a sua vivência. Na imprensa escrita, essa sensação de neologia traduz-se por processos visuais, como aspas, maiúsculas, itálico. Tal destaque objetiva justificar ao leitor a novidade, o termo novo criado para nomear algo. Se atentarmos ao neologismo *apagão*, percebemos que, muitas vezes, aparece destacado, demonstrando que ainda não foi dicionarizado.

Embora *apagão* não seja um exemplo de criação neológica literária, podemos dizer que é um vocábulo que está ligado à originalidade do indivíduo falante, à sua faculdade de criação verbal, à sua liberdade de expressão. Ele é próprio a todos aqueles que têm algo a dizer, que se sentem à vontade e querem dizer o mundo com suas palavras.

Segundo Lapa (1982), as palavras se encontram subordinadas a uma escala de valores expressivos. Em volta de certas palavras estabelece-se uma atmosfera sentimental que constitui o seu valor expressivo. Há, evidentemente, palavras mais evocadoras que outras. Diz esse mesmo autor que a forma sonora das palavras gera por vezes uma imagem de cor. Exemplificando: em *cascata, clara, catarata, alvorada, madrugada*, a idéia de brancura opõe-se à idéia de escuridão sugerida por *furna, escura, turvo, túmulo*.

Conforme Martins (2000), há lingüistas, como Charles Bally, estudioso da Estilística da língua, que se voltam para o estudo dos aspectos afetivos da língua falada, da língua a serviço da vida humana, língua viva, espontânea, mas

gramaticalizada, lexicalizada. Diz esta autora que, em seus trabalhos, Bally ressalta os efeitos da afetividade no uso da língua; examina os meios pelos quais o sistema impessoal da língua é convertido na matéria viva da fala humana.

Outros autores, como Mattoso Câmara Jr. (1977), também se ocuparam dos valores expressivos da língua, sobretudo no vocabulário. A língua nos permite representar a realidade, interpretando-a segundo a nossa percepção sensorial, a nossa emotividade e o nosso conhecimento de mundo. Sendo assim, o falante poderá alterar a língua com o fim de exprimir sentimentos e de influir sobre as pessoas, ou seja, o sistema faculta ao indivíduo o exercício da sua criatividade na liberação de suas idéias e emoções.

Sendo uma palavra lexical, *apagão*, mesmo isolada, fora da frase, desperta em nossa mente uma representação. Diz-se que ela tem significação extralingüística, visto que remete a algo que está fora da língua e que faz parte do mundo físico. O sufixo *-ão*, já existente, associado à base verbal *apagar*, que também já existia, dá origem a uma nominalização neológica, cujo significado está relacionado com a ação verbal, mais precisamente *resultado da ação verbal*, imprimindo-lhe função desvalorativa. O elemento derivado denota o exagero e, conseqüentemente, a depreciação, pois o sufixo *-ão*, provido de valor aumentativo, ao derivar um item léxico substantivo, imprime-lhe características pejorativas. O caráter irônico manifestado por esse morfema sufixal é expresso claramente no contexto da crise de energia elétrica: *apagão* é um gostoso e carnavalesco aumentativo, isto é, um novo substantivo formado por derivação sufixal (segundo a vontade dos eruditos) ou por exercício do deboche (segundo a vontade popular). Sem dúvida, *apagão* tem despontado na imprensa brasileira com o intuito de provocar ironia.

Conforme diz Sandmann (1991), salta aos olhos de todo analista da língua portuguesa, especialmente em suas variantes informais, a enorme freqüência de palavras complexas provindas de morfema de grau, com a função de expressar, mais do que o tamanho grande ou pequeno, emocionalidade, que pode ser de apreço ou despreço. Assim, dificilmente *apagão* deixará de expressar afetividade, provavelmente depreciativa. O sufixo de grau se presta, na metalinguagem de Jakobson, especialmente ao desempenho das funções expressiva e apelativa, centradas no emissor ou receptor, e menos da função referencial, centrada no objeto ou referente.

A tonalidade evocativa da forma popularizada *apagão* transparece pela associação provocada pela sua origem ou pela variedade lingüística a que pertence: não só transmite um significado usual, comum, como também remete a um meio social menos requintado. A expressividade desse neologismo está não só no seu significado denotativo, mas também na sua capacidade de evocar o modo de ser da população brasileira, com o seu conformismo, o seu *jeitinho* de lidar com as adversidades, a manifestação dissimulada de agressividade ao governo; em resumo, a realidade mesclada com a ironia. Nota-se, ao mesmo tempo, o contraste levemente humorístico entre a brincadeira do neologismo e o tom algo solene da gravidade da situação. É a palavra escrita demonstrando o seu poder: num mundo dominado pela imagem, ela é resgatada com o valor e o peso que merece.

O efeito de sentido de um vocábulo depende também de sua tonalidade significativa em confronto com outros vocábulos equivalentes. Por que *apagão* foi aceito tão rapidamente pela população brasileira? Por que não foi utilizado o já conhecido empréstimo *blecaute*? Há uma correspondência entre os sentimentos e os efeitos sensoriais produzidos pela linguagem. Não há dúvida de que na matéria

fônica se escondem possibilidades expressivas, valores expressivos que se sobrepõem à comunicação racional, lógica, de fatos ou idéias. Percebemos que são especialmente expressivos os fonemas nasais de *apagão*, que sugerem som prolongado, distante, lamentoso, provocando uma sensação de desagrado.

Há, naturalmente, formações lexicais criativas ou expressivas e outras menos criativas, quase automáticas como a flexão. Conforme o observado por Sadmann, freqüentemente os sufixos se prestam ao emprego estilístico, isto é, à expressão da emocionalidade, emprestando à mensagem maior força comunicativa, desempenhando o que Jakobson (1970) chama de função poética da linguagem.

Criações destas não vêm a ser, propriamente, um enriquecimento do vocabulário, embora possam manter-se e até fixar-se na língua. Valem por seu efeito de momento, como uma comparação ou uma metáfora, e, como elas, não visam a radicar-se na língua, senão a executar uma tarefa expressiva no discurso. Mostram, não obstante, quão fundo, na linguagem, penetra a atividade estilística e como os impulsos da manifestação e do apelo podem insinuar-se até nesse âmbito da consubstanciação lingüística dos conceitos, em que pela intuição intelectual se plasma o léxico de uma língua.

## **4.2 APAGÃO – EXPANSÃO MORFOLÓGICA**

Toda língua possui recursos próprios para a criação de palavras. As palavras novas nunca surgem do nada: elas sempre são criadas a partir da recombinação de formas preexistentes na língua. Citando Basílio (2004), a expansão lexical é efetuada sobretudo pelos processos de formação de palavras, que são fórmulas padronizadas de construção de novas palavras a partir de material já existente no

léxico. Morfossintaticamente, a integração à língua manifesta-se nos casos em que o neologismo começa a formar derivados e compostos.

O léxico português, basicamente de origem latina, tem ampliado seu acervo por meio de mecanismos oriundos do latim, a derivação e a composição, utilizando elementos da própria língua. (Alves, 1990)

Se ambos os constituintes de uma palavra complexa podem ocorrer livremente na frase, o processo de formação de palavras se chama composição. Se um dos elementos constituintes não ocorre livremente e é utilizado para a formação de palavras em série, o processo de formação de palavras se chama derivação.

Objetivamos, também, fazer o levantamento da criação de itens lexicais a partir do vocábulo *apagão*, correntes na linguagem da imprensa escrita, desde o fato social da crise de energia elétrica, lembrando que “através dos meios de comunicação de massa é que os neologismos recém-criados têm oportunidade de serem conhecidos e difundidos” (Alves, 1990). Encontramos os itens neológicos, a partir do ano 2002, em jornais e revistas que circulam no país, notadamente no jornal Folha de S. Paulo, um dos periódicos que atingem o maior número de leitores, possivelmente lido por um contingente bastante grande de pessoas; podemos dizer que tais inovações léxicas refletem o processo de criação lexical nos dias de hoje. No jornal analisado, os elementos lexicais foram coletados, principalmente, no caderno especializado em economia, sendo também buscados em outras colunas, referentes a assuntos diversos.

Consideramos esses itens lexicais como neologismos porque também não se encontram registrados no dicionário, já citado anteriormente, usado como corpus de exclusão neste trabalho, conhecido como uma das obras lexicográficas mais completas e mais usadas da língua portuguesa falada no Brasil.

#### 4.2.1. Processo Derivativo

Segundo Alves (1990), a derivação prefixal é um processo extremamente produtivo no português contemporâneo. Concordamos com essa afirmação, pois todos os itens neológicos encontrados, derivados a partir da base *apagão*, classificam-se como prefixais.

Tal produtividade da derivação prefixal no português contemporâneo parece-nos revelar, em muitos casos, um desejo de economia discursiva por parte do falante. Frases desprovidas de prefixo são mais complexas e mais longas; o prefixo torna-as mais econômicas. É também a procura da economia discursiva que explica, segundo Alves (1990), o emprego de prefixos seguidos de substantivos e empregados em função adjetiva.

Transcrevemos, a seguir, as unidades léxicas neológicas inseridas nas manchetes ou títulos apresentados; eventuais comentários ou referências complementares encontram-se logo abaixo da transcrição das frases. Em relação ao valor semântico, procuramos apresentar a função significativa mais usual de cada elemento afixal.

a) prefixo *-anti*:

(1) “Seguro *anti-apagão* fica mais barato.” (FSP, 03/04/02)

(2) “Todos os consumidores estão pagando ainda uma nova taxa, que atende pelo nome de encargo de capacidade emergencial, o seguro *anti-apagão*.”  
(FSP, 13/04/02)



- (3) “Justiça manda apurar seguro *antiapagão*”. (FSP, 11/07/02)
- (4) “PT ‘barra’ alta de seguro *antiapagão*.” (FSP, 31/12/02)
- (5) “Gasto com o seguro *antiapagão* sobe 278,8%.” (FSP, 24/04/03)

De caráter opositivo, o prefixo *anti-* revela-se muito fecundo quanto à formação de novos itens léxicos. Geralmente une-se a substantivos e adjetivos. Ao justapor-se à base substantiva *apagão*, acrescenta-lhe o significado de oposição, contrariedade e passa a denotar o valor de *contra o apagão*. *Seguro anti-apagão* trata-se, na verdade, de uma taxa criada pelo governo e paga pelos consumidores, para garantir a não-interrupção do fornecimento de energia. O dinheiro arrecadado irá para as empresas de energia, a fim de compensar supostas perdas causadas pelo racionamento.

Ainda que no corpo da notícia (1) o seguro seja mencionado como *anti-acionamento*, a manchete traz o neologismo derivado da base *apagão* por ser mais enfático, mais evocativo. Os leitores do jornal, descontentes com mais essa taxa imposta pelo Governo, interessar-se-ão pela reportagem, pois diz respeito a uma diminuição nas contas a pagar.

Chama a atenção, em algumas ocorrências, o emprego do hífen separando o prefixo, pois, pelas normas gramaticais, tal emprego só será abonado quando a base começar com H, R ou S.

Valendo-se, pois, do processo de formação de palavras da língua portuguesa denominado derivação prefixal, a mídia põe em uso um novo vocábulo. Nos contextos apresentados, funciona como adjetivo, ligado ao substantivo *seguro*.

Em (3), a notícia refere-se ao fato de haver a possibilidade de as distribuidoras de energia estarem desviando os recursos do seguro anti-acionamento, em vez de repassá-los à CBEE (Companhia Brasileira de Energia Elétrica).

Em (4), o neologismo criado a partir do vocábulo *apagão*, popularizado, para atrair o interesse dos leitores, continua a aparecer nos jornais, querendo atingir a camada social que mais sofre com o aumento de taxa de energia elétrica. Registramos a grafia correta da palavra nova, agora sem hífen.

O repórter refere-se ao adiamento do reajuste do seguro anti-acionamento. Notamos que o repórter Humberto Medina emprega a palavra derivada sem hífen, o que vai ao encontro das normas da gramática culta escrita. Mais uma observação pode ser feita a respeito da palavra *antiapagão*: o comentarista somente a usou na manchete; no corpo da notícia ele fez uso da palavra *anti-acionamento* mais de uma vez. Isso confirma a conotação enfática que possui o neologismo, e os repórteres já perceberam tal fato.

Em (5), o repórter alerta os consumidores de que haverá reajuste no valor da taxa cobrada, devido ao aumento dos gastos e déficit na arrecadação: embora o percentual de aumento ainda não esteja definido, quem vai pagar a conta são os usuários.

Há mais de um ano da cobrança desse “encargo de capacidade de geração”, o adjetivo neológico *antiapagão* é empregado pela mídia jornalística, demonstrando a fecundidade do mesmo.

b) prefixo *-pré*:

(6) “Seca no Nordeste chega ao nível *pré-apagão*.” (FSP, 27/10/02)

(7) “Professora eleva gastos, mas muda hábitos. Hoje, o consumo de eletricidade na casa da professora não é menor do que nos tempos de racionamento, mas é inferior ao período *pré-apagão*.” (FSP, 04/03/03)

Através do processo da derivação prefixal, cria-se uma nova palavra a partir do neologismo *apagão*. Costumam afirmar as gramáticas que os elementos prefixais, ao contrário dos sufixais, caracterizam-se pela não-alteração da classe gramatical das bases a que se associam. Entretanto, o referido exemplo atesta que um prefixo, unido a uma base substantiva, pode atribuir-lhe função adjetiva.

O prefixo *pré-*, que indica *temporalidade anterior*, prefixou-se à base substantiva *apagão* para nomear o espaço de tempo antes do evento da crise energética. Podemos dizer que esse prefixo funciona sintaticamente como um sintagma adverbial. Além do valor adjetival, o derivado prefixal, cuja base é o substantivo *apagão*, atua com características adverbiais. O prefixo *pré-* une-se basicamente a substantivos.

Em (6) e (7), o novo vocábulo faz referência aos últimos meses do ano 2000, período em que o Governo tinha por meta preparar e orientar o povo brasileiro para a proximidade do período de racionamento de energia que aconteceria no início de 2001.

Em (7), a repórter Fabíola Salani comenta que, com o racionamento, o consumidor residencial aprendeu a economizar energia, mas o gasto inferior deve ter como consequência um reajuste maior nas tarifas.

c) prefixo *–pós*:

(8) “FHC inicia viagem *pós-apagão* à Rússia.” (FSPaulo, 13/01/02)

O prefixo *pós-* é, juntamente com *pré-*, um dos poucos prefixos cuja vogal é aberta, o que levou a ortografia a colocar sobre essa vogal um acento gráfico e entre o prefixo e a base um hífen. As formações novas com *pós-* são, em sua maioria, adjetivos e substantivos.

Observamos em (8) outro neologismo criado pelo processo da derivação prefixal. No exemplo apresentado, o prefixo *pós-* indica temporalidade posterior e, unindo-se à base *apagão*, confere-lhe função adjetiva. Note-se que há uma relação de oposição entre os prefixos *pré-* e *pós-*, visto que denotam anterioridade e posterioridade, respectivamente.

#### 4.2.2 Processo Composicional

Embora na imprensa contemporânea a formação de palavras pelo mecanismo da composição apresente-se de maneira bastante fecunda, encontramos apenas um exemplo de neologismo formado pelo processo da composição, em que uma das bases seja *apagão*. O processo da composição implica a justaposição de bases autônomas. A unidade léxica composta, que funciona morfológica e semanticamente

como um único elemento, não costuma manifestar formas recorrentes. Expressa uma relação subordinativa entre os dois substantivos, em que o primeiro exerce o papel de determinado e o segundo, de determinante. A base determinada constitui um elemento genérico, ao qual o determinante acresce uma especificação, característica da classe adjetival.

A união de duas palavras referindo-se a um outro conceito passa a ser encarada como um termo novo. A palavra composta representa uma idéia única e autônoma, diferente das idéias reveladas pelos termos que a compõem.

(9) “*Seguro-apagão* faz estréia, mas não funciona.” (FSP, 23/08/02)

(10) “*Seguro-apagão* cobrado desde março é suspenso em todo o país pela Justiça.” (FSP, 21/11/02)

(11) “*Seguro-apagão* vai ter reajuste de 28,46% a partir da próxima segunda.” (FSP, 27/09/03)

Por meio do processo da composição por justaposição, um novo substantivo é criado com base no vocábulo *apagão*: trata-se do seguro anti-acionamento, pago pelos consumidores de energia e repassado à CBEE (Companhia Brasileira de Energia Elétrica), para custear o aluguel de 58 usinas que, em caso de risco de falta de energia, podem gerar até 2.154 MW.

A composição *seguro-apagão* passa a significar o seguro criado pelo governo durante a crise energética. Comunica com rapidez uma idéia nova. A composição

tem como sucesso a vantagem descritiva e o seu caráter sintético: os dois elementos descrevem com precisão o referente.

Em (9), a manchete faz alusão ao socorro solicitado pela distribuidora Energipe à termelétrica de Lagarto, a qual não funcionou na ocasião, falhando, assim, o seguro anti-acionamento.

Em (10), faz-se referência à suspensão temporária da cobrança do seguro pela juíza Cristiane Farias Rodrigues dos Santos, medida que beneficia todos os consumidores de energia do país. Ressalta-se que a nova unidade lexical composta demonstra estar ativa, reaparecendo na mídia quase três meses depois da primeira manifestação.

Em (11), a palavra composta ainda subsiste, há quase um ano, com o mesmo sentido, confirmando a sua inclusão no vocabulário ativo das pessoas. Notamos que, desta feita, aparece entre aspas. A denominação mais culta é *seguro anti-acionamento*, porém a lexia banalizada *seguro-apagão*, chama à atenção o leitor que, ainda atemorizado com a crise de energia de 2001, certamente se interessará pela notícia. Percebemos que “o mecanismo da composição, ao possibilitar a associação de bases providas dos mais variados matizes semânticos, ocasiona a criação de itens léxicos que procuram despertar a atenção do receptor” (Alves, 1990).

#### **4.2.3 Processo Sintagmático**

A composição sintagmática nominal caracteriza-se por determinar uma ordem constante a suas unidades formadoras: à base determinada segue-se a determinante, que pode ser introduzida por preposição. No interior do sintagma, os

componentes do item léxico conservam as relações gramaticais características da classe a que pertencem. Trata-se de grupos de palavras que passam a ter uma significação global. Esses sintagmas são entendidos como uma unidade lexical, apesar de não possuírem a indicação gráfica própria dessa unidade, geralmente dada por hífen.

O sucesso alcançado com o surgimento da lexia *apagão*, está difundindo o emprego desse novo significado da base mencionada através de composições sintagmáticas. Note-se que em tais casos a criatividade lexical de caráter semântico produz também um novo sintagma neológico. As composições sintagmáticas, desempenham, pois, função significativa. Em toda criação sintagmática, portanto, está também implícita uma criação semântica.

(12) Num gráfico denominado “A história do racionamento”, aparece a expressão *ministério do apagão*, para designar, vulgarmente, a Câmara de Gestão da Crise Elétrica. Tanto no gráfico como no corpo da reportagem, a nova expressão aparece entre aspas, por ser estranha à variante formal da língua. (FSP, 15/02/02)

(13) “Só um *governo* trapalhão e incompetente como o *do apagão* se surpreende com a extraordinária capacidade do povo brasileiro de superar crises – muitas delas provocadas pela própria ineficiência governamental.” (RE, 20/08/01)

(14) “Após a regularização, começamos a sofrer um *rodízio de apagão* – um dia com luz e um dia no escuro.” (FSP, Painel do Leitor, 06/12/04)

No contexto (12), exemplifica-se um neologismo formado pelo processo de composição sintagmática, ou seja, “quando os membros integrantes de um segmento frasal encontram-se numa íntima relação sintática, ligados por uma preposição, de forma a constituírem uma única unidade léxica. Por encontrar-se, ainda, em vias de lexicalização, não costuma ser unida por hífen.” (Alves, 1990)

Uma formação sintagmática estará se lexicalizando, se não puder admitir a inserção de outro elemento, que implicaria a alteração semântica do conjunto. Assim, *ministério do apagão* possui um significado fixo e preciso, distinto do valor do segmento frasal “ministério dos políticos idealizadores do corte de energia elétrica”. Um item léxico sintagmático tem a possibilidade de ser lexicalizado se, ao ser usado, mantiver a mesma apresentação formal e um significado constante.

Registramos em (13) a lexia composta *governo do apagão*, empregada pelo leitor Jorge Wagner, de Ribeirão Preto (SP), quando comenta a reportagem “O povo surpreende o governo” (edição 168), revelando sua indignação. Trata-se de uma unidade sintagmática em que a base determinada é modificada com finalidade satírica.

Em (14), uma leitora reclama, através de uma carta ao jornal, da interrupção alternada de energia elétrica em sua residência. Expressando-se informalmente, lança mão de uma composição sintagmática para expressar o seu descontentamento.

### **4.3 APAGÃO - DISTENSÃO E AMPLIAÇÃO DE SENTIDOS**

A interpretação dos sentidos dos textos da mídia busca transparecer de que maneira a imagem escrita pode influenciar na opinião dos leitores. Procuramos



entender alguns dos sentidos possíveis do neologismo, explicar os recursos utilizados no processo discursivo, pois é preciso compreender o discurso no âmbito das suas condições de produção, remetê-lo a uma formação discursiva, enfim, compreendê-lo na sua relação com a sociedade e com a ideologia subjacente.

É sabido que os meios de comunicação impressos se organizam em função de um público específico, ou seja, a notícia é a matéria-prima do jornal, que se caracteriza por responder ao interesse público.

Este trabalho objetivou, também, verificar a freqüência do neologismo *apagão*, a partir da perspectiva discursiva. Coletamos as ocorrências do referido termo, analisando-as sob o ponto de vista morfológico e semântico; não poderíamos nos referir a essa criação lexical prescindindo do efeito expressivo obtido com seu uso, ou seja, sua função discursiva. Lembrando Martins (2000, p. 15), “somente no contexto é que se atualiza o valor expressivo”. Pretendemos mostrar como a metáfora exerce um papel importante na criação de termos usados na área jornalística, constituindo “um processo de economia lingüística que torna desnecessária a criação de novas palavras” (Martins, 2000, p. 93). Observamos que o emprego figurado, sobretudo o metafórico, torna-se um elemento auxiliar para o leitor entender o novo termo. Os estudos sobre a metáfora, que ganharam novo impulso nas últimas décadas do século XX, têm mostrado que esse recurso não é usado apenas em textos literários, mas em diferentes textos, incluindo os jornalísticos.

Considerando a dinâmica da renovação lexical, pois a língua, como espelho da cultura, reflete uma busca frenética de novidade, observamos os significados que certas palavras assumem devido à constante transformação do meio social. Essa contínua ampliação atende a uma exigência do meio social, que está em constante

transformação. A mutabilidade lingüística é um processo inerente à língua e não uma ameaça à sua continuidade.

Citando Martins (2000, p. 78),

os diferentes significados móveis e cambiantes, os significados figurados, por exemplo, se desenvolvem a partir do significado central e fundamental, que é estável, e cimta por isso os outros significados secundários das palavras. A língua oferece amplas possibilidades de continuar criando, para as mesmas palavras, novos significados.

“É curioso notar a adaptação semântica do neologismo à língua. Introduzido nesse sistema com um único significado, ou seja, com caráter monossêmico, seu emprego constante pode conduzi-lo à polissemia” (Alves,1990). O neologismo *apagão*, introduzido na língua com o significado de *interrupção do fornecimento de energia elétrica*, após algum tempo, já denota outros valores semânticos, tornando-se polissêmico, mecanismo comumente adotado por tantas outras palavras.

Curiosamente, percebemos que, em qualquer que seja o contexto, *apagão* deixa sempre um vestígio de semas negativos, já trazidos da base *apagar*, o que se exemplifica pelos significados, somente desvalorativos, do particípio *apagado*: *sem brilho, embaciado; sem relevo, medíocre; sumido, extinto; sem luz, negro, sombrio; que não tem cultura, inculto, ignaro.*

É interessante o registro de Marcuschi (2004, p.276), ao comentar algumas atualizações de *apagão*:

no Recife, diante da falta d'água, falava-se em *apagão d'água* e já se cunhou a noção de *arquitetura do apagão*; um artigo de capa da revista *Istoé* falava em *apagão sexual* para denominar impotência masculina. De fato, *apagão* não apenas expressa a ausência de luz elétrica como conseqüência da falta de energia, mas é uma espécie de *espaço mental* para enquadrar qualquer tipo de *falta, ausência, perda.*

Esse mesmo autor observa que “até hoje ninguém conseguiu ainda determinar os limites da atividade discursiva, que excede em muito os limites da linguagem”.

Há uma transformação semântica manifestada no item léxico *apagão*: isso ocasiona a criação de um novo elemento lexical. Nos contextos abaixo, o mecanismo da transposição metafórica é responsável pela criação dos neologismos semânticos. O termo *apagão*, característico do vocabulário do período da crise energética, extrapola os limites desse vocabulário e passa a fazer parte da língua geral, ou seja, do núcleo comum do léxico português.

(1) “(...) Agora que já sabemos como economizar a energia, vamos voltar gente?? Porque se não fizermos o trabalho de amanhã, quem vai sofrer *apagão* somos nós. Só que na avaliação da professora! (SESI, 2001)

Na ocorrência anterior, *apagão* adquire o valor semântico de *ausência* de conhecimentos para sair-se bem na prova escolar, tendo como conseqüência nota baixa, conceito negativo.

(2) “Era só dar um *apagão na corrupção* que sobraria dinheiro para fazer mil usinas”. (JL, 19/05/01).

Indignado com as desculpas do governo que, ao optar pelo racionamento, penalizou a população, assim se manifestou o redator, transpondo o novo termo para um outro contexto, com sentido de *destruir, aniquilar, extinguir*. Como afirma

Biderman (2004, p. 32), “ o sistema lingüístico faculta ao indivíduo o exercício de sua criatividade na expressão de seus sentimentos, idéias e emoções”.

(3) “País corre risco de *apagão portuário*” (FSP, 03/02/02)

Com este título, o jornalista acusa falhas no sistema de privatização, falta de investimentos em infra-estrutura, que causam prejuízos e outros problemas no porto de Santos, o maior do Brasil.

O período de racionamento quase no fim, e o neologismo *apagão* ainda faz parte dos jornais. Percebemos que se manifesta em contexto diverso, com conotação também negativa.

(4) “Um novo *apagão*, de idéias.” (FSP, 26/03/02)

Trata-se do título de um artigo de Benjamin Steinbruch, empresário, presidente do conselho de administração da Companhia Siderúrgica Nacional, no espaço Opinião Econômica, do Caderno Dinheiro. Nesse texto, o articulista descreve o cenário brasileiro antes das eleições presidenciais de outubro, especificamente a colisão entre os dois candidatos da situação. Diz ele: “ (...) Mas eis que, de repente, surge o *apagão*, não mais aquele da crise energética, mas o da crise das idéias.” Criticando a falta de apresentação de programas de governo dos candidatos também da oposição, continua ele: “ (...) Não se pode aceitar, entretanto, que o tiroteio nas hostes da situação tenha provocado também um *apagão* de idéias na oposição.”

O período de racionamento de energia terminou, e o neologismo agora desponta com outra conotação, ainda que carregado de negatividade, significando ausência de um debate de programas de governo por parte dos candidatos presidenciais: “... eis que surge o *apagão*, não mais aquele da crise energética, mas o da crise de idéias”.

(5) “*Apagão contábil*”. (FSP, 02/04/02)

Registramos o aparecimento do neologismo no Caderno Ilustrada, o que é incomum, pois é uma seção que não trata de política e nem de economia. *Apagão contábil* e *Apagão 2* são os títulos de pequenas notas envolvendo a contabilidade das estatais que detêm a produção de energia do país. O sentido do neologismo, nesse contexto, também é desvalorativo, pois refere-se à subtração de dados na contabilidade.

A palavra surge numa expressão não-literal, referindo-se ao balanço da principal estatal de energia do país, Furnas. Por imposição da Aneel, agência que regula o mercado, a empresa teve que subtrair uma parte de seu lucro recorde. *Apagão*, neste contexto, adquire o valor semântico de *déficit*, *prejuízo*, além de *descontentamento* por parte da empresa. Mais uma vez a palavra deixa transparecer a sua conotação negativa.

(6) “Já chamaram você de Gordo? Orelhudo? *Apagão?*” (FSP, 10/08/02)

As perguntas acima constam da primeira página da Folhinha (caderno infantil do jornal Folha de S. Paulo). Numa reportagem sobre o preconceito entre as

crianças, encontramos o vocábulo *apagão* incluído também no vocabulário delas. Janaína, uma das crianças entrevistadas, de cor negra, diz que certa vez um garoto da escola a chamou de *feijãozinho estragado e apagão*, na época em que só se falava em racionamento de energia. Observamos que o termo, retomando a noção de escuro, de cor preta, deixa transparecer, preconceituosamente, um aspecto depreciativo ( um apelido, um adjetivo pejorativo). Na verdade, o discriminador fazendo analogia de escuridão com cor preta e com *apagão*, empregou uma metáfora.

(7) “Consumo de luz está em *ritmo de apagão*” (FSP, Caderno Dinheiro, 11/09/02).

Utilizando-se de uma expressão sintagmática, o repórter registra que, seis meses após o fim do racionamento, o consumo de eletricidade no país caiu 12% em relação a junho de 2001. Tal resultado se deve a dois motivos: a população incorporou os hábitos de poupança de energia, o que explica a baixa demanda do setor residencial; por outro lado, a queda da atividade econômica impede a recuperação do consumo de energia pela indústria e pelo comércio.

(8) “O racionamento, que terminou em fevereiro, deixou o paulistano com o ‘espírito do *apagão*’.” (ESP, 25/12/02)

Palavras do secretário de Energia de São Paulo, Mauro Arce, ao comentar que o consumo de energia não aumentou após o racionamento, demonstrando que

as pessoas se acostumaram a gastar menos energia até mesmo nos horários de pico.

A expressão usada pelo secretário é criativa, dando-nos o direito de classificá-la como não-literal, conotativa. Quis ele dizer que as pessoas estão agindo como se estivessem, ainda, em situação de racionamento de energia. Podemos destacar, aqui, a criatividade popular: a cada dia surgem novas palavras, novas lexias, novas expressões formadas com base em outras, até mesmo a partir de neologismos. Note-se que, em tal caso, a criatividade lexical de caráter semântico produz também um novo sintagma neológico. Em toda criação sintagmática, portanto, está também implícita uma criação semântica.

A manchete, neste dia de Natal, sugere analogia com ‘espírito de Natal’.

(9) “PT rompe ‘lua-de-mel’ e vê *apagão* do Estado sob FHC.” (FSP, 28/12/02)

Manchete do texto de Eliane Catanhêde, referindo-se à entrevista do então futuro Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ao criticar a gestão FHC. O entrevistado aponta a estagnação do país: a desintegração nas áreas de energia, comunicações, ciência e tecnologia, integração nacional, meio ambiente e desenvolvimento. Palocci criticou com dureza os indicadores econômicos, a profunda desigualdade social, a política de educação, o aumento da dívida e principalmente a incapacidade do governo FHC de garantir crescimento e de combater a miséria. “O planejamento governamental atingiu um nível de esvaziamento brutal. (...) No que se refere a isso, o Estado brasileiro vive um prolongado *apagão*”, diz o futuro ministro.

*Apagão*, nesse texto, significa, metaforicamente, *estagnação*, *falta de desenvolvimento*, *exclusão*. O neologismo foi tão bem aceito pela sociedade que faz parte até de discursos ministeriais.

Percebemos a franca aceitação do neologismo pela sociedade, inserindo-se até no vocabulário de quem usa a variante culta da língua; verificamos sua absorção por pessoas da cúpula do governo, fazendo parte de discursos ministeriais.

(10) “País vive ‘prolongado *apagão*’, diz PT” (FSP, 28/12/02)

Palavras do futuro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ao abrir a primeira reunião ministerial do presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, criticando duramente a gestão Fernando Henrique Cardoso. “No que se refere ao planejamento estratégico, o Estado brasileiro vive um prolongado *apagão*”, disse Palocci. Segundo ele, a improvisação de uma série de programas sociais realça a persistência de uma visão que ainda não incorporou a inclusão social como tema central de uma política de Estado.

(11) “*Apagão da indústria* foi em 2002, diz Fiesp” (FSP, Caderno Dinheiro, 31/01/03).

A reportagem comenta que o ano de 2002 foi perdido, pois a atividade no setor industrial teve retração de 1,2%; a previsão para 2003 é de, no máximo, recuperação do tombo. O neologismo foi empregado no sentido conotativo,



indicando estagnação, retração, resultado desanimador, retratando uma conotação depreciativa.

(12) “*Apagão* ameaça o setor, diz Barros. Podemos ter um *apagão de combustíveis*.” (FSP, 03/02/03)

O enunciador desta frase é Sebastião do Rêgo de Barros, diretor-geral da ANP, numa entrevista em que afirma que o Brasil tem de investir em refino para evitar um *apagão de combustíveis* no futuro.

Notamos que *apagão*, nesse sintagma lexical, adquiriu um novo sentido, reportando a um possível racionamento de combustíveis. Foi utilizado pelo repórter para mostrar que o setor necessita de mais investimentos para evitar carência em casos de crises.

Os leitores, familiarizados e atemorizados com o significado primeiro da palavra, não terão dificuldades para entender o novo sentido. Cabe classificá-la como um neologismo semântico.

Muitos neologismos são criados na língua portuguesa sem que se opere nenhuma mudança formal em unidades léxicas já existentes. Qualquer transformação semântica manifestada num item lexical ocasiona a criação de um novo elemento. Trata-se, nestes casos, do neologismo semântico” (Alves, 1990).

Nota-se, aqui, o emprego da palavra *apagão* no sentido conotativo, ou seja, a falta de desenvolvimento do país, a estagnação em que se encontrava o Brasil. No contexto da notícia, a palavra *apagão* não remete ao setor elétrico, adquirindo, então, outra conotação.

(13) “(...) lembrar de tudo isso? Eu não vou querer lembrar de tudo isso. E, nesse momento, é como se houvesse um *apagão da razão* e houvesse uma vivência mais intensa do emocional.” (FSP, 30/09/03)

Citamos uma entrevista realizada com jovens, tendo como tema as experiências sexuais sem o uso de preservativos. O entrevistando fez uso de um sintagma neológico, colocando em evidência a parassinonímia, isto é, a distensão de sentidos do termo *apagão*. Nesse contexto de uso tem o valor de *perda, falta, ausência de razão*.

(14) “(...) Mas não foram só as falhas da defesa brasileira pelo alto que ajudaram o rival Brasileiro. A equipe aproveitou, também, o *apagão de ataque* comandado por Carlos Allberto Parreira.” (FSP, Folha Esporte, 20/11/03)

O repórter faz alusão ao resultado negativo do jogo de futebol da seleção brasileira contra a seleção uruguaia. Além das falhas da defesa, critica-se a escalação dos jogadores em posição de ataque, visto que lances a gol não aconteceram durante a partida.

(15) “(...) E essa aposentadoria começa no fim deste ano, criando a ameaça de um *apagão* no Grupo de Defesa Aérea baseado em Anápolis (GO), que cobre o centro nervoso do país: a região de Brasília e os pólos industriais do Sudeste. (...) Outros concorrentes na disputa também apresentaram opções para esse *apagão*.” (FSP, Folha Brasil, 25/02/04)

Nesta reportagem, *apagão* refere-se à redução do número de aviões-caça da Força Aérea Brasileira durante um breve período de tempo, devido à aposentadoria dos Mirage e a não chegada dos aviões novos.

(16) “Selecinha Urgente! *Apagão* com lâmpada paraguaia!” (FSP, Caderno Ilustrada, 02/04/04).

As frases acima compõem o título do texto de José Simão, em que critica a atuação dos jogadores da seleção brasileira de futebol, no jogo com a seleção paraguaia. Critica, também, a falta de energia elétrica no estádio, por alguns minutos. “*Apagão* no Paraguai! Deu *apagão* no estádio e na Selecinha”, diz ele. “E sabe por que deu *apagão* no estádio?, pergunta. “Porque as lâmpadas eram paraguaias”. O comentarista usou o neologismo, com muita propriedade, para duas situações: uma, concreta, a falta de energia elétrica no estádio; outra, mais subjetiva, o mau desempenho dos jogadores dentro do campo.

(17) “Brasil corre risco de *apagão no transporte*” (ESP, Caderno Economia, 25/04/04).

Com o título acima, a reportagem comenta sobre a falta de recursos do governo federal para investir em infra-estrutura, o que poderia provocar um *apagão logístico* no país. “Veremos no transporte o mesmo que ocorreu no setor de energia elétrica, como o racionamento de 2001”, diz o especialista em contas públicas, Raul Velloso.

Verifica-se, na ocorrência acima, a ampliação do campo semântico de *apagão*, através de uma outra conotação: o setor de transportes poderá tornar-se um caos, se não houver investimentos injetados pela administração pública.

(18) “Luisão tem dia de vilão, herói, capitão e *apagão*” (FSP, Caderno Esporte, 26/07/04).

Nesta frase-título, retirada da coluna semanal *O Personagem*, o neologismo foi usado para referir-se à “perda de memória” sofrida pelo jogador Luisão, após um choque de cabeça com um adversário. Habilmente, o colunista fez uso de rima e metáfora, evidenciando que “excluídos os cânones impostos pela normatividade, resta ainda ao indivíduo uma larga margem de utilização criativa da língua” (Biderman, 2001).

(19) “Sul vive ameaça de ‘*apagão logístico*’, dizem empresários” (FSP, Caderno Dinheiro, 08/08/04).

A falta de investimentos em infra-estrutura poderá comprometer a produção agroindustrial, dificultando as exportações. “Não há como crescer a produção, pois houve uma depauperação geral da logística e o risco de *apagão* logístico é iminente”, reclama Arthur Carlos Peralta Neto, vice-presidente da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná).

Tanto em (18) como em (19), podemos ressaltar a liberdade criadora do redator, assim como a forte carga de expressividade que permeia a expressão

lingüística construída com o termo *apagão*, observando a conotação metafórica de que se revestiu esse vocábulo, em função do contexto.

(20) “Governadores pedem verba extra para evitar *apagão da educação*.  
(FSP, Caderno Cotidiano, 21/08/04)

Governadores e secretários da Educação pedem ajuda emergencial do governo federal para evitar o que chamaram de ‘colapso financeiro’ da educação. Caso não haja esse auxílio, poderá haver um *apagão* do ensino no país. O *apagão*, segundo eles, seria a impossibilidade de ampliação de vagas ou até mesmo um retrocesso em relação ao que já foi feito até aquela data, em especial no ensino médio.

(21) “Sem essas obras, o país corre o risco de um *apagão na área de infraestrutura*, na avaliação de empresários.” (FSP, Dinheiro, 05/09/04)

Traduzindo a afirmação acima, falta ao governo dinheiro para tocar obras de infra-estrutura no país, como a construção e a melhoria de estradas, ferrovias e portos. Avalia o ministro Guido Mantega que, com isso, o setor empresarial vai perdendo a competitividade.

(22) “*Apagão estatístico*” (FSP, Editorial, 15/10/04).

Com esse título, o editor critica a precariedade dos índices oficiais de desemprego no país. Reforça a importância de se produzirem estatísticas mais

representativas, que seriam instrumentos valiosos para as decisões econômicas e evitariam que a falta de clareza fosse preenchida com interesses políticos. O *apagão* estatístico refere-se à pesquisa do IBGE sobre emprego que, segundo o editor, é incompleta. As informações colhidas têm como base apenas as principais regiões metropolitanas, o que não interpreta de modo abrangente o mercado de trabalho brasileiro. Fomos surpreendidos, mais uma vez, por uma associação estranha, até então não registrada na língua: podemos entrever, por esse fato, a comunidade evoluindo naturalmente, incorporando hábitos lingüísticos originais, procurando uma melhor forma de comunicação.

(23) “Na campanha, Marta já disse que, a médio prazo, vai acabar com a taxa de luz. A do lixo, argumenta, só criou por que foi ‘responsável’. Sem ela, diz, não teria verba para novos aterros e enfrentaria um *apagão do lixo*”. (FSP, Brasil, 22/10/04)

Mais uma vez o sentido de *apagão* distende-se com conotação negativa, para retratar privação, falta, vacuidade, situação caótica.

(24) “O contra-ataque de Serra foi de um ‘sufoco tributário’ ao *apagão da saúde*.” (FSP, Brasil, 29/10/04)

A frase acima faz parte de comentários jornalísticos sobre a acirrada campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo, mais precisamente um encontro entre os candidatos Marta Suplicy e José Serra, na TV Bandeirantes, marcado por intensa troca de ataques. A expressão *apagão da saúde* refere-se ao caos existente

no sistema público de saúde da cidade de São Paulo: falta de remédios, número limitado de médicos, poucos leitos hospitalares, enfim, um precário atendimento aos usuários.

#### 4.4 APAGÃO EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Na linguagem publicitária de jornais e revistas, neologismos são freqüentemente citados. O sentido básico de um anúncio propagandístico, geralmente, vem enriquecido por características não-verbais: ilustrações, cores, gráficos, diagramação, o tipo de letra, destaques (itálico, negrito), entre outras mais. Isso, certamente, contribui para acrescentar sentidos ao significado da mensagem. Não se pode esquecer que os anúncios exploram, além da função apelativa, a função poética da linguagem, justificando-se o uso de neologismos. De modo geral, as propagandas não têm propósitos informativos reais; restringem-se à difusão e à fixação do produto, escolhendo, para tal fim, o aspecto utilitário de informar o que interessa.

Observamos que a palavra *apagão* foi, eventualmente, citada em propagandas relativas a produtos promocionais. A própria palavra *apagão* trazia em si aquela sensação de grandeza e o comerciante experimentado bem sabia que o apelo por meio dela tocava mais fundo na alma do público. Reafirma-se aí a razão apelativa, característica do estilo publicitário.

(1) “Quem tem medo de *apagão*?” (Revista SESI, 2001)

Encontramos, também, o vocábulo *apagão* no título de uma história em quadrinhos de uma revistinha denominada *Sesinho*(4), editada pelo Serviço Social da Indústria – SESI. Inserimos o registro nesta seção, pois a revista não deixa de ser uma publicidade dos projetos do SESI, voltados para a educação e o futuro das crianças de todo o Brasil. A historinha, que tem como tema a energia elétrica e o racionamento, traz sugestões sobre como economizar energia, evitando o *apagão*.

(2) “À prova de *apagão*. Mesmo sem luz, seu telefone t-klar conserva todas as funções.” (RV, 11/07/01)

Exemplificamos acima o emprego do novo vocábulo num anúncio publicitário da empresa KLAR, fabricante o aparelho telefônico t-klar. A mensagem traz a primeira frase do título com letras maiores, dando destaque à palavra *apagão*. Esse anúncio foi veiculado durante o período do racionamento de energia.

É o emprego da nova unidade léxica num campo lexical diferente do usual.

(3) “9 horas sem lembrar que o *apagão* existe.” (RE, 21/07/01)

Novamente a imprensa faz uso da palavra *apagão* em mensagem publicitária. Neste anúncio, é o campo lexical da informática que a emprega, em anúncio publicitário de um PC Semp Toshiba, com processador Intel Pentium dotado de bateria de longa duração de íon de lítio.

Nada mais inovador do que usar um vocábulo recorrente durante a crise de energia, demonstrando a atualidade do produto. É o produto anunciado adaptando-se à situação de racionamento de energia por que passa o país.



(4) “*Apagão* dos preços. Dia dos Pais em 10X sem juros”. (FSP, 01/08/01)

A palavra *apagão*, em letras maiores e amarelas sobre um espaço escuro, destaca-se nessa mensagem publicitária das Casas Bahia; ressaltamos a importância da linguagem não-verbal nos anúncios publicitários. Distendendo o sentido do termo *apagão*, caracterizando, assim, a parassinonímia, a propaganda revela que até o preço dos produtos anunciados sofreu cortes, ficando menor para o consumidor. Destacamos, mais uma vez, a mídia publicitária em sintonia com o evento da crise energética.

(5) “ENERGIA – Interfone à prova de *apagão*”. (RE, 06/08/01)

Esse é o título de uma pequena reportagem que apresenta alguns equipamentos criados especificamente para o período da crise energética, uma vez que não despendem energia elétrica. A manchete refere-se a uma mensagem publicitária sobre uma novidade do mercado do racionamento, a criação de porteiros eletrônicos a pilha. A crise de energia, justifica o anúncio, está abrindo nichos de mercado que vão além das lâmpadas fluorescentes e dos geradores.

Eis o emprego do neologismo fora do campo lexical da economia. A publicidade já o descobre e aposta no lucro com seu emprego.

## 5. CONCLUSÃO – FUTURAS PERSPECTIVAS

Pudemos constatar, por meio desta pesquisa, que um acontecimento social de grande repercussão se reflete na linguagem, com a criação de novas palavras e com significados voltados para o contexto em que está inserido. Este fato sugere, pois, que o enriquecimento do léxico varia de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade.

Os dados evidenciam que, para atender às exigências das transformações de ordem social, a língua se vale dos recursos de natureza léxica para cumprir os propósitos comunicativos dos grupos humanos; para isso, lança mão dos processos de ampliação vocabular, considerando as associações de sentido. A criatividade humana é a principal causa da produção de novas unidades lexicais. Contribuem, também, o desenvolvimento da tecnologia e da ciência, bem como os fatos e mudanças sociais. O léxico revela a realidade de uma sociedade. Como a língua é o elemento de interação os indivíduos e está presente em todos os momentos, adaptando-se aos contextos socioculturais, é possível, através do estudo do léxico, identificar os valores e crenças de um povo.

Percebemos que os mecanismos de produtividade léxica usados atualmente pela imprensa escrita, isto é, recursos como a derivação e a composição, são os mesmos que serviram para o desenvolvimento da língua portuguesa no decorrer do tempo.

Tudo indica que a imprensa escrita, como meio de comunicação em que circulam as informações mais importantes do grupo social em que se vive, atingindo um grande número de pessoas, torna-se responsável pela incorporação e difusão de

novos vocábulos, auxiliando os cidadãos a desenvolver sua capacidade de compreender textos escritos.

Os resultados desta análise apontam o discurso jornalístico como um veículo indicador de aspectos da identidade cultural do indivíduo. Concordamos com Borba (2005), que considera os textos de jornais diários o melhor exemplo do uso corrente de um idioma.

À medida que o usuário da língua vai conhecendo os significados de novos itens lexicais, incorporando-os ao seu vocabulário ativo, integra-se ao mundo contemporâneo, nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho. A familiaridade com textos da imprensa escrita faz com que o leitor depreenda, também, os sentidos conotativos, numa perspectiva de intertextualidade e contextualização do mundo que o cerca.

Entendemos que o envolvimento de situações de uso de língua é uma forma de produzir conhecimento. A pesquisa sobre as situações contextuais do termo *apagão* pode confirmar a imprensa escrita como forma de sustentar a divulgação de informações e a importância do léxico para os estudos e funcionamento da linguagem. Podemos dizer que, através da mobilização da língua geral, o léxico adquire especificidade nas diferentes áreas do saber. A palavra pode ser confirmada como fonte de linguagem e esta como atividade produtiva do universo de conhecimento, ou seja, a palavra como unidade básica da comunicação e interação discursiva – unidade padrão dos estudos da linguagem.

Como sabemos, as novidades envelhecem e passam. Assim se dá com o neologismo. Não basta a sua criação para que se torne membro integrante do acervo lexical de uma língua. O termo novo cai na corrente da língua e segue a sua história. É, na verdade, a comunidade lingüística, pelo uso reiterado do elemento

neológico, que decide sobre a integração dessa nova formação ao idioma. A frequência de repetição pode determinar a perda do caráter neológico, que vai regredindo à medida que seu emprego aumenta. A sua aceitabilidade pelo grupo social determinará a sua permanência. Isto mostra que a língua move-se ao longo do tempo, numa corrente que se constrói em seu curso. Fatores extralingüísticos como tendências políticas, econômicas e culturais interferem e ajudam a determinar a possibilidade de integração de unidades léxicas. Os dicionários ainda representam o parâmetro, o meio pelo qual decidimos se um item léxico pertence ou não ao acervo lexical de uma língua.

A difusão do neologismo, fato que constitui uma prova de sua aceitação pela comunidade falante, conduz à inserção do novo verbete nas obras lexicográficas. Ao significado básico de um item léxico vão-se acrescentando os que vierem a ser criados pelo processo da neologia semântica. De monossêmica, a unidade léxica torna-se polissêmica.

Como pudemos verificar pelas ocorrências citadas neste trabalho, é visível a inserção do referido neologismo no nosso universo cultural. O uso reiterado de *apagão* até os dias atuais leva-nos a considerá-lo uma lexia que se adaptou ao nosso sistema lingüístico. Pode-se dizer que esse item lexical já foi incorporado à língua. É provável que haja a inclusão do verbete nas edições futuras dos dicionários da língua geral. Além do seu significado básico de *blecaute*, outras acepções poderão ser acrescentadas, assim como as novas formas oriundas da derivação e da composição.

O vocábulo *apagão* é freqüentemente retomado em nossos atos de fala e também em vários tipos de textos escritos. O sufixo *-ão*, formador de derivados aos quais imprime as noções básicas de grandeza, de coleção e de intensidade, não

raro assume uma conotação irônica ou pejorativa, apresentando um emprego acentuado a partir de um fato histórico que ocorreu no Brasil, no início de 2001. Concluindo, podemos verificar que as relações entre língua e sociedade instauram-se como determinantes para a criação de novas unidades lexicais.

Ao comentar sobre a expressividade do neologismo *apagão*, tivemos como objetivo demonstrar como a língua portuguesa oferece meios aos que falam ou escrevem para manifestarem estados emotivos e julgamentos de valor, de modo a despertarem em quem ouve ou lê uma reação também de ordem afetiva.

Foi também nosso objetivo propiciar o desenvolvimento da criticidade do leitor, através de textos jornalísticos, pois além de serem contemporâneos, refletem o momento sócio-histórico, possibilitando-o a interagir de maneira atuante, conhecendo, refletindo e atuando sobre uma dada realidade.

Os meios de comunicação de massa dirigem a opinião pública, formam a mentalidade dos indivíduos a eles expostos e criam novos conceitos, comportando-se, por conseguinte, como arautos e sensores das inovações a serem operadas pelos falantes, observados seus diferentes níveis de inserção (SILVA & CARVALHO, 2004, p. 111).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. M. *Neologismo. Criação lexical*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, M. A. *Léxico, produção e criatividade*. 3ª ed. São Paulo, Plêiade, 1996.

BASÍLIO, M. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores e Ed. da Unicamp, 1995.

BORBA, F. da S. In *Neologismo [s. m.]*. Folha de S. Paulo, Caderno Sinapse, p. 20, 26 abr. 2005.

CÂMARA JR. J. M. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CARVALHO, N. *O que é neologismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHARAUDEAU P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CONY, C. H. In *Um chope e dois pastel*. Folha de S. Paulo, Caderno Ilustrada, p. E13, mai. 2005.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: EDUSP, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Homem e a Linguagem*, Coleção Linguagem 16. São Paulo: Presença, USP, 1982.

DUBOIS, J. et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.

GUILBERT, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ISQUERDO, A. N. e KRIEGER, M. da G. (orgs.) *As ciências do léxico, lexicologia, lexicografia, terminologia. Volume II*. Campo Grande: UFMS, 2004.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LAPA, M. RODRIGUES. *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

LOPES, E. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: *Sentido e significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. 3ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

ORLANDI, E. P. *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

REVISTA EDUCATIVA – CNI/SESI – Ano 1. nº 1, 2001.

SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia e Labor/Ícone. 1989.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973.



SILVA, M. E. B. da; CARVALHO, N. M. de. Produtividade lexical: uma pesquisa exploratória. In ISQUERDO A. N.; KRIEGER M. da G. (Orgs.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 2004.

## 7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, M. A. *Língua e discurso: contribuição aos estudos semântico-sintáticos*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1981.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 2001.

CÂMARA JR. J. M. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 4ª ed. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1970.

FAULSTICH, E. L. de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRYNER, H. e OMENA, N. P. de. *A interferência das variáveis semânticas*. In: MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

ILARI, R. e GERALDI, J. W. *Semântica*. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

ISQUERDO, A. N. e OLIVEIRA, A. M. P. P. de. (orgs.) *As ciências do léxico, lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª ed. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

MOLLICA, M. C. e BRAGA, M. L. *Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003

SANDMANN, A. J. *Morfologia geral*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

\_\_\_\_\_. *Morfologia Lexical*. São Paulo: Contexto, 1997.

SPERA, J. M. S. *As ousadias verbais em Tutaméia*. São Paulo: Arte & Cultura, 1995.

TERRA, E. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione. 1997.

## 8. APÊNDICE

Com o intuito de demonstrar a recorrente manifestação do neologismo *apagão* na imprensa escrita, registramos, neste espaço, as ocorrências que, embora coletadas, não foram objeto de análise no corpo do trabalho. A listagem encontra-se em ordem cronológica. Optamos pelo registro do vocábulo neológico em um contexto mínimo necessário para a apreensão do sentido adquirido no contexto de uso.

(1) Referindo-se a um blecaute que atingiu a Califórnia, o redator faz uso do neologismo *apagões*, embora tenha utilizado algumas vezes o empréstimo blecaute. Observamos que o neologismo já se flexiona em número, mostrando estar adaptado ao sistema lingüístico (FSP,09/05/01).

(2) Com a manchete “O governo está sem luz”, Elio Gaspari julga que o racionamento de energia será uma das piores cicatrizes do governo FHC. Usa em seu texto a palavra blecaute e também se utiliza da expressão *apagões inesperados* (FSP, 09/05/01).

(3) Referindo-se aos cortes programados de energia, o redator faz uso da expressão *apagão programado* (FSP, Caderno Dinheiro, 09/05/01).

(4) Trazendo como manchete “*Apagão programado começa em junho*”, o texto faz referência à duração dos cortes de energia (FSP, 09/05/01).

(5) Em alusão a um estudo elaborado pela *Fundação Getúlio Vargas* (FGV), que revela redução do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o texto traz como manchete “*apagão vai custar 800 mil empregos*” (FSP, 09/05/01).

(6) Sugerindo como amenizar o impacto dos possíveis *apagões* anunciados pelo governo federal, encontramos a manchete “*Alternativas ao apagão variam de preço*” (JI, 17/05/01).

(7) A manchete “*Apagões podem atingir fornecimento de água em PV*” se utiliza do neologismo flexionado no plural (JI, 17/05/01).

(8) “*Apagões estão descartados*”, é a manchete do jornal, referindo-se às medidas adotadas pelo governo para economizar energia, cujo objetivo será afastar a hipótese de cortes de luz (JL, 19/05/01).

(9) Com a manchete metafórica “*O apagão nacional*”, o redator critica o desprezo do governo pelos investimentos em geração de energia (JL, 19/05/01).

(10) “*Apagão e teoria da complexidade*” é o título do artigo do jornal. Comenta o redator que a crise energética não é só um problema de falta de planejamento e de recursos financeiros; é um problema que envolve toda uma sociedade, exigindo uma espécie de pacto entre todos os segmentos. Envolvendo maior complexidade, o problema é de todos, que devem se juntar para minimizar os efeitos do racionamento e transformar as disputas em cooperação para uma futura solução duradoura (JL, 19/05/01).

(11) A reportagem de Delfim Neto, deputado federal, professor emérito da USP, alude ao *Conselho do Apagão*, do qual espera mais competência na administração da crise do que a que tem sido revelada na condução da política econômica (JI, 20/05/01) .

(12) Zuenir Ventura, em uma crítica ao governo, diz que este desmoralizou até as metáforas: “Quase no *apagar* das luzes do governo FHC, haverá melhor metáfora para tudo isso que essa perspectiva de racionamento e de *apagão*? (RE, 21/05/01)

(13) “Consumidor aliviado sem *apagão*.” Essa é a manchete que traz o jornal para se referir à decisão do governo de substituir os *apagões* por medidas que incentivem a economia de energia. Diz um cidadão: “É melhor fazer um pequeno sacrifício agora do que conviver com os “apagões”. (JI, 24/05/01)

(14) O jornal traz as expressões “o *apagão nacional*” e “*apagão generalizado*”, confirmando o uso do neologismo em sintagmas (JI, 29/05/01) .

(15) Utilizando-se de um criativo paradoxo na manchete “Os holofotes do *apagão*”, Arnaldo Jardim comenta que a crise de energia está dirigindo os holofotes sobre verdades do modelo econômico brasileiro que o governo FHC sempre tentou esconder. O mesmo deputado ainda cita em sua reportagem o “Ministério do *Apagão*”, comissão nomeada pelo governo para gerenciar a crise energética. No mesmo periódico, em outro artigo, Marcos Cintra cita a expressão “*kit-apagão*”, para se referir às despesas extras do consumidor para consumir energia (JL, 02/06/01).

(16) Moacyr Scliar, numa crônica intitulada “Salto no escuro”, refere-se à personagem – uma empregada doméstica – como “gerente do *apagão*” (FSP, 18/06/01).

(17) “Do *apagão* ao fashion” – Numa crônica bem-humorada, Roberto Pompeu de Toledo comenta a substituição do empréstimo *blecaute* por *apagão*, “um caso raro em que o inglês foi superado por uma expressão com gosto e cheiro de legítimo e bom português” (RV, 11/07/01).

(18) Um artigo de Marilene Felinto traz como título “Oferta: papelote de droga por “bônus do *apagão*”. Ela faz uma crítica à declaração do governo de que não há verba suficiente para pagar o bônus oferecido para quem gastou energia abaixo da meta imposta. Faz referência também ao chamado “ministério do *apagão*” (FSP, 07/08/01).

(19) Ocupando toda a página, vários artigos aludem à crise de energia. Um deles traz como título “*Apagão* descartado”; outro, refere-se, várias vezes ao “ministério do *apagão*”. Outros artigos citam *apagões* e, muitas vezes, o neologismo *apagão* (FSP, 08/08/01).

(20) “*Apagão* e câmbio encurtam papel higiênico” é a manchete de um artigo que condena algumas marcas de papel higiênico, as quais diminuiram a metragem dos rolos para não elevar explicitamente o preço (FSP, 09/08/01).

(21) Um artigo de Humberto Medina, Caderno Dinheiro, cita várias vezes o “ministério do *apagão*” (FSP, 09/08/01).

(22) O leitor Jorge Wagner, de Ribeirão Preto, tacha de incompetente e trapalhão o “governo do *apagão*” (RE, 20/08/01).

(23) Fala-se em instituição de feriados como parte das medidas do governo para evitar o *apagão*. Cita-se, mais de uma vez, o “ministério do *apagão*” (FSP, 17/10/01).

(24) A frase “Ministério do *apagão* relaxa racionamento” intitula uma reportagem sobre as medidas tomadas pelo governo para aliviar o racionamento de energia elétrica. A matéria cita “cortes de energia” explicitando, entre parênteses, *apagão*. Fala-se, também, em diminuir o consumo e evitar o *apagão* (FSP, 18/10/01).

(25) Uma carta de leitor da revista traz como título “*Apagão* em alta”, para referir-se a mais uma decepção sofrida com o governo, além do racionamento de energia (Revista Ação, 01/11/01).

(26) O jornal diz que o governo poderá negociar metas maiores de economia para a indústria ou partir para o *apagão*. Fala-se, também, de uma nova resolução do “ministério do *apagão*”, que obriga os consumidores descumpridores das metas a pagar multas (FSP, 02/11/01).



(27) Reportagem traz como manchete “Ministério do *apagão*” deve mudar meta no Rio na terça.(FSP, 01/12/01).

(28) Uma reportagem sobre a nova meta de consumo de energia para o Rio de Janeiro traz como subtítulo “Ministério do *apagão*” estuda alterar o período usado para medição. Outro artigo sobre a crise de energia tem como manchete “No STJ, estudantes ‘absolvem’ Sol, são Pedro e governo por *apagão*. Trata-se da encenação de uma peça teatral, em que os alunos condenaram a “ignorância” por um suposto *apagão* de energia elétrica no país (FSP, 04/12/01).

(29) O “ministério do *apagão*” é citado em reportagens sobre reajuste nas tarifas de luz e reestruturação do setor elétrico no país (FSP, 18/12/01).

(30) Numa reportagem de László Varga, o “ministério do *apagão*” é citado por comentar o reajuste no preço da energia (FSP, 19/12/01).

(31) Numa nota, com o título de “Contraponto”, fala-se de uma reunião de FHC com o “ministério do *apagão*” (FSP, 29/12/01).

(32) A manchete “Racionamento pode acabar em fevereiro”, aponta reunião do “ministério do *apagão*” (FSP, 09/01/02).

(33) A manchete “FHC inicia viagem ‘pós-*apagão*’ à Rússia” – exemplifica o uso do neologismo *apagão* atuando como base em um termo derivado por prefixação. Isso confirma a popularidade desse termo neológico (FSP, 13/01/02).

(34) Com o título “Seguro *antiapagão*”, a reportagem diz sobre a implementação de uma nova tarifa pelo governo, com a finalidade de reduzir o impacto da queda de tarifas para o consumidor. No corpo da reportagem, a nova expressão é citada mais de uma vez, assim como o sintagma “ministério do *apagão*” (FSP, 16/01/02).

(35) “País sofre maior *apagão* desde 99”, é a manchete da Folha neste dia. Em reportagens diversas, os redatores comentam a falta de energia elétrica em algumas regiões do país, motivada pelo rompimento de um cabo na linha de transmissão de energia. O fato foi nomeado pelos redatores como *blecaute* e como *apagão* (FSP, 22/01/02).

(36) Outra reportagem referindo-se à falta de luz em alguns Estados brasileiros traz como manchete “Cabo se rompe e *apagão* corta luz de 10 Estados”. Essa reportagem preferiu o empréstimo *blecaute* ao termo neológico *apagão*. Outro artigo sobre o mesmo assunto acusa o governo por não investir no setor elétrico, o que aumentou, segundo a reportagem, as proporções do *apagão* (FSP, Caderno Dinheiro, 22/01/02).

(37) Numa pequena nota intitulada “Os gargalos da transmissão”, o redator acusa o governo de ser o responsável pelo inesperado *apagão*, por motivo de precariedade das linhas de transmissão de energia. A nota traz também a palavra *blecaute* (FSP, Caderno Dinheiro, 22/01/02).

(38) “*Apagão* deixa 100 mil sem metrô” e “*Apagão* paralisa todas as seis usinas da Cesp” foram mais duas reportagens sobre a falta de energia do dia 21. As notícias trazem em seu conteúdo os vocábulos racionamento, blecaute e *apagão*. Um gráfico traz a “Cronologia dos blecautes no país (1980 a 2002)” e, estranhamente, não cita em nenhum momento a palavra *apagão* (FSP, 22/01/02).

(39) Numa página inteira, denominada “Colapso da energia”, muitas reportagens trazem expressões com o termo *apagão*: por causa do *apagão*, devido ao *apagão*, pessoas prejudicadas com o *apagão*, em decorrência do *apagão*. Isso evidencia a conotação negativa desse neologismo, não esquecido pelos repórteres nas situações consideradas adversas, como a falta de energia do dia 21 (FSP, 22/01/02).

(40) Numa reportagem, intitulada *Apagão*, é citado o “ministério do *apagão*”, que explica que a queda de energia não tem relação com o racionamento (FSP, 22/01/02).

(41) A reportagem de Kennedy Alencar refere-se ao “ministério do *apagão*” e traz como subtítulo “Tucano teme que assassinato de prefeito e *apagão* prejudiquem Serra” (FSP, 22/01/02).

(42) “País relaxa e não passa no teste do *apagão* é a manchete de uma reportagem sobre o despreparo do Brasil frente a um corte de energia por um longo período de tempo. Uma outra reportagem comenta que a Aneel recebeu 21 mil ligações no dia do *apagão* (FSP, 23/01/02).

(43) A manchete “Pane dupla deve ter provocado o *apagão*” inicia uma reportagem detalhada sobre a falta de energia do dia 21. Um gráfico intitulado “O *apagão*” mostra, passo a passo, como foi o desligamento automático de energia, o que motivou o blecaute. Um outro artigo atemoriza a população com a manchete “Plano de segurança elétrica atrasa, ameaça de novo *apagão* continua”. O conteúdo desta última reportagem traz as expressões “após o *apagão* de 1999”, “política *antiapagão* adotada”, “o processo que apurou o *apagão*”, “ficar à mercê de novos *apagões*” (FSP, Caderno Dinheiro, 23/01/02).

(44) O editorial com o título “Outro *apagão*” comenta sobre os transtornos causados por um *apagão* (FSP, 23/01/02).

(45) O artigo humorístico de José Simão intitula-se “*Apagão* 2002! Periquita da Luma ilumina o Brasil!” e traz no seu interior várias vezes a palavra *apagão*: “quando deu o *apagão*”, “depois do *Apagão* vem o Sujão” (FSP, 23/01/02).

(46) Manchete: “Crime e *apagão* fazem FHC adiar reunião ministerial”. (FSP, 24/01/02)

(47) “Especialistas ligam *apagão* a racionamento” é uma das manchetes deste dia. “Saiba o que fazer se seu aparelho queimou com o *apagão*” é o título de um quadro do jornal, orientando as pessoas como fazer no caso citado acima (FSP, 24/01/02).

(48) A crônica humorística de José Simão traz a frase “diz que o *apagão* foi detonado por um parafuso frouxo” (FSP, 25/01/02).

(49) “O ministério do *apagão*” determinou que as empresas de energia realizem uma revisão completa da rede em razão do blecaute”. “O Brasil corre o risco de sofrer novos *apagões*” (FSP, 25/01/02).

(50) “Ministério do *apagão* investiga blecaute”. “Racionamento contribuiu para *apagão*, diz Arce” (FSP, 25/01/02).

(51) “Os maiores problemas enfrentados para diminuir o consumo e evitar o *apagão* no país ...” (FSP, 27/01/02).

(52) “Parafuso frouxo causou *apagão*, diz Aneel”. O artigo de Moacyr Scliar cita o Grande *Apagão*, aquele que projetará definitivamente o país no mapa do mundo energético. Mais adiante, o autor refere-se ao Grande *Apagão* como um sonho (FSP, 28/01/02).

(53) O artigo de Benjamin Steinbruch intitula-se “Raios, parafusos e *apagões*” (FSP, 29/01/02).

(54) “O governo deverá criar também um seguro permanente *antiapagão*. Essa frase faz parte de uma reportagem veiculada neste dia (FSP, 31/01/02).

(55) “Comitê antevê *apagão* em hora de pico em 2005” é a manchete de uma reportagem do jornal (FSP, 02.02.02).

(56) “Seguro do *apagão* eleva conta de luz em 2%” é a manchete que ilustra a reportagem. No corpo do texto encontramos a lexia “ministério do *apagão*” (FSP, 08/02/02).

(57) O editorial intitulado “Racionamento no fim” traz em seu interior o sintagma “seguro *antiapagão*”. Em outro local, encontramos a manchete: ‘Na Argentina, empresas elétricas apontam risco de *apagão* a partir de junho’ (FSP, 15/02/02).

(58) “... o ministério do *apagão* continuará existindo provavelmente até junho ou julho” (FSP, 15/02/02).

(59) “Custo da desvalorização do peso pode causar *apagão* na Argentina”. A manchete é do correspondente da Folha em Buenos Aires, recortada da seção do noticiário internacional. A notícia mostra que as empresas geradoras de energia elétrica que operam na Argentina alertaram o governo sobre o risco de o país sofrer *apagões* a partir de junho. Interessante a flexão em número da palavra *apagão*. Palavras terminadas em *-ão* podem flexionar-se no plural com as desinências *-ões*, *-ãos* ou *-ães*, sendo a terminação *-ões* a mais popular, o que reafirma a popularidade desse elemento neológico (FSP, 15/02/02).

(60) “... reunião técnica do ‘ministério do *apagão*’ (FSP, 18/02/02).

(61) “A reunião (...) foi marcada por um clima de alívio e descontração – oposto ao do encontro que instituiu o “ministério do *apagão*’. O jornal também traz a íntegra do pronunciamento de FHC, anunciando o fim do racionamento de energia elétrica em todo o Brasil. Nesse pronunciamento encontramos as seguintes expressões: “não recorreríamos aos *apagões*”, “seriam necessários *apagões* diários”, “ministério do *apagão*”. O neologismo está tão incorporado à língua que aparece até em discurso presidencial (FSP, 20/02/02).

(62) Num gráfico intitulado “Os principais lances do racionamento”, aparecem as frases “*Apagão* é a solução”, ‘é criado o ministério do *apagão*’, ‘*apagão* programado’ (FSP, 20/02/02).

(63) Numa reportagem sobre o fim do racionamento, há uma informação do “ministério do *apagão*” sobre riscos de novos racionamentos (FSP, 01/03/02).

(64) “Morte por atropelamento dispara no *apagão*, é a manchete deste dia, que culpa o corte na iluminação pública pelo crescimento do número de acidentes fatais nas ruas. Em uma outra reportagem, “Ministério do *apagão*” responsabiliza prefeituras pela violência no trânsito. Uma especialista afirma que “a divulgação do *apagão* pegou a todos de surpresa”. A frase “O *apagão* não influenciou” e a expressão “antes do *apagão*” também fazem parte da notícia, reforçando a aceitação do neologismo pela mídia (FSP, 03/03/02).

(65) “Interior e ABC atenuam ‘efeito *apagão*’. Com essa manchete, o repórter informa como em São Bernardo do Campo foi possível atenuar no trânsito os efeitos do *apagão*. Essa reportagem e uma outra, na mesma página do jornal, trazem expressões “por causa do *apagão*”, “mesmo fora do *apagão*”, “no período do *apagão*”, mostrando que o sentido do neologismo é “o período de racionamento de energia elétrica” (FSP, Caderno Cotidiano, 03/03/02).

(66) Uma reportagem sobre o assassinato de um arcebispo na Colômbia faz referência a um *apagão* ocorrido por falhas em transformadores (FSP, 18/03/02).

(67) “Agora governo afirma que parafuso não causou *apagão*.” Segundo o governo, “não foi um parafuso solto a cauda do blecaute do dia 21 de janeiro”. Registramos a palavra *apagão* na manchete, em oposição a *blecaute* no corpo da notícia. Justifica-se o destaque que o redator quis dar à sua reportagem. Na mesma reportagem, registramos a lexia composta *ministério do apagão*, expressão vulgar da Câmara de Gestão da Crise Elétrica, formada pelo grupo de pessoas responsáveis pelo racionamento de energia (FSP, 02/04/02).

(68) “Agora governo afirma que parafuso não causou *apagão*” é uma das manchetes deste dia. Refere-se à falta de energia elétrica no dia 21 de janeiro deste ano, quando algumas regiões do Brasil ficaram às escuras por mais de quatro horas. O “ministério do *apagão*” é citado na reportagem (FSP, Caderno Dinheiro, 03/04/02).



(69) “Seguro anti-*apagão* fica mais barato” é a manchete de uma das reportagens desta página. O repórter comenta que a recuperação do real frente ao dólar deve fazer o preço do seguro anti-acionamento baixar. (FSP, Caderno Dinheiro 03/04/02).

(70) A crônica de José Simão traz como título “Buemba! Lascaram a gente de novo, o *apagão*2.” Nessa crônica, ele critica o governo pela instituição do seguro-*apagão*, um aumento camuflado da tarifa de energia. Notamos, aqui, uma forma composta do neologismo *apagão*, também com função substantiva (FSP, Caderno Ilustrada, 12/04/02).

(71) Há dois artigos sobre a contratação de energia emergencial, ou seja, o seguro anti-*apagão*. Os dois artigos citam, diversas vezes o adjetivo composto “anti-*apagão*”. Os que são a favor da tal tarifa, a denominam “encargo de capacidade emergencial”; os opositores a chamam, ideologicamente, de seguro anti-*apagão* (FSP, Opinião, 13/04/02).

(72) “É inaceitável que a sociedade, que já sofreu com o *apagão* e economizou energia, sob a ameaça de pagamentos de multas e corte no fornecimento, pague agora por uma conta eu não é sua.” Palavras de João Paulo Cunha, deputado federal, contra a medida provisória adotada pelo setor elétrico, a instituição do seguro anti-acionamento (FSP, 13/04/02).

(73) “Justiça manda apurar seguro *antiapagão*” é o título de uma notícia do jornal. No corpo da reportagem fala-se em seguro anti-acionamento (FSP, Caderno Dinheiro, 11/07/02).

(74) “CNI diz que *apagão* não afetou a produção”. Após seis meses do final do período de racionamento de energia imposto à população brasileira pelo Governo Federal, o vocábulo ainda é lembrado pelos jornalistas, confirmando a total aceitação do neologismo pela mídia. A manchete refere-se a uma pesquisa realizada nas médias e pequenas empresas, cujo resultado demonstra que o racionamento de energia não foi a causa da redução na produção industrial (FSP, 14/08/02).

(75) “Seguro-*apagão* faz estréia, mas não funciona.” O neologismo, composto por justaposição, ainda aparece na imprensa escrita. É mais expressivo, mais intensificador que “seguro anti-acionamento”. Traduz com mais expressividade o descontentamento do consumidor em pagar um reajuste de energia elétrica (FSP, Caderno Dinheiro, 23/08/02).

(76) “Seca no Nordeste chega ao nível pré-*apagão*”. Surge mais um item neológico derivado da base *apagão*. Tem o valor de um adjetivo, embora seja formado por derivação prefixal. O prefixo carrega toda a carga de sentidos do novo item lexical. A reportagem ainda diz que “o consumidor poderá ser obrigado a pagar mais para não sofrer um *apagão*” (FSP, Caderno Dinheiro, 27/10/02).

(77) “Petista pretende evitar novo *apagão*”. A reportagem questiona se “evitar o *apagão* é uma prioridade”? *Apagão*, nesta reportagem tem o sentido de racionamento de energia (FSP, Brasil, 02/11/02).

(78) “Seguro-*apagão* cobrado desde março é suspenso em todo o país pela Justiça”. Reforça-se aqui a preferência, pela mídia do composto seguro-*apagão* ao uso de seguro anti-acionamento (FSP, Caderno Dinheiro, 21/11/02).

(79) ‘País pode ter *apagão* em 2005, diz Pinguelli’ e “PT ‘barra’ alta de seguro *antiapagão*”, são manchetes deste dia. O repórter refere-se às palavras do físico Luiz Pinguelli Rosa, numa entrevista em que prevê um novo racionamento de energia para 2005. Na entrevista, Pinguelli emprega mais de uma vez a palavra *apagões*, indicando a familiaridade que o vocábulo alcançou na língua portuguesa adquirindo até flexão de número. É notório observar que *apagão* já faz parte do vocabulário de pessoas cultas, como é o caso de Luiz Pinguelli Rosa, físico, diretor da Coppe e futuro presidente da Eletrobras (FSP, Caderno Dinheiro, 31/12/02).

(80) Uma nota, com o título ‘Professora eleva gastos, mas muda hábitos’, mostra que na casa dessa cidadã o consumo de eletricidade é inferior ao período pré-*apagão*. Por período pré-*apagão* entende-se o período anterior ao racionamento de energia de 2001 (FSP, Caderno Dinheiro, 04/03/03).

(81) “Gasto com o seguro *antiapagão* sobe 278,8%”. A reportagem informa que consumidores vão pagar a conta, mas taxa ainda não está definida. É

interessante notar que, quando a notícia não é boa, há uma preferência pela palavra *apagão* (FSP, Caderno Dinheiro, 24/04/03).

(82) “Consumo de energia sobe 7% após fim do *apagão*”. A notícia comenta que a queda na renda e tarifa alta freiam expansão em residências. As famílias continuaram a racionalizar o uso da energia elétrica. Um ano depois do fim do racionamento e a imprensa jornalística ainda faz uso do neologismo, confirmando a sua entrada no vocabulário da população (FSP, Caderno Dinheiro, 06/05/03).

(83) “Distribuidoras temem *apagão* na Argentina”. O repórter alude ao fato de que a paralisa de investimentos e tarifas congeladas poderão causar desabastecimento de energia no país vizinho (FSP, Caderno Dinheiro, 22/07/03).

(84) “Eletrônicos vivem *apagão* ‘fase 2’”. Explica o jornal que, com a expectativa de queda nas vendas do setor, os fabricantes deverão registrar resultados próximos aos de 2001, ano em que o segmento foi duramente atingido pela crise energética (FSP, Caderno Dinheiro, 22/07/03).

(85) “(...) Um *apagão* ou uma alta do preço da energia estraçalham um orçamento e uma vida” e “(...) E o banho-maria virou o forinho, que virou o microondas. Mas, para isso, precisamos de eletricidade a bom preço. E sem *apagão*.” Numa crônica, intitulada “Das marmitas às ‘quentinhas’”, a psicanalista Anna Veronica Mautner comenta que a velocidade das mudanças e a introdução de novas maneiras de produzir vêm atropelando implacavelmente nossos hábitos e

nossos costumes, tornando a nossa dependência do Estado e dos governos cada vez maior (FSP, Folha Equilíbrio, 07/08/03).

(86) “*Apagão Americano*”. Com a manchete ‘Meio-Oeste sofre mais com o blecaute’, a notícia veicula informações sobre a falta de energia nos EUA. Valendo-se do neologismo diversas vezes (‘... teremos *apagões*’, ‘... anteriores ao *apagão*’, ‘... investigar o *apagão*’, ‘... conseqüência do *apagão*’, ‘... o *apagão* teria provocado’), o repórter discorre sobre os graves problemas enfrentados pelos americanos com a falta de luz (FSP, Folha Mundo, 17/08/03).

(87) “*Apagão* pode melhorar imagem de Bloomberg, prefeito de Nova York. Ainda sobre a falta de energia nos EUA, a notícia denomina o fato como “o pior blecaute da história norte-americana” (FSP, Folha Mundo, 18/08/03).

(88) “*Apagão* pára parte de Londres por 40 minutos em plena hora do rush”. O jornal descreve o blecaute que atingiu partes de Londres e do sudeste do Reino Unido, no dia anterior, prejudicando o tráfego nas ruas e o funcionamento do metrô e dos trens em plena hora do rush (FSP, Folha Mundo).

(89) “*Seguro-apagão* vai ter reajuste de 28,46% a partir da próxima segunda”. Denominado também de ‘seguro anti-acionamento’, essa tarifa vem identificada na conta de luz como ‘encargo de capacidade emergencial’ (FSP, Caderno Dinheiro, 27/09/03).

(90) “Déficit e *apagão* são origem da crise política” é o título de um artigo sobre a crescente impopularidade que cabe ao governador da Califórnia (EUA), Gray Davis (FSP, Caderno Mundo, 05/10/03).

(91) “Reservatórios têm níveis do *apagão*” ‘e a manchete da reportagem sobre a situação crítica do abastecimento de energia no país, com índices próximos aos verificados na época do *apagão* registrado em 2001 (FSP, Caderno Dinheiro, 23/11/03).

(92) “Usinas recebem seguro-*apagão* em parcelas”. A reportagem destaca que a estatal parcelou o pagamento porque distribuidoras não repassaram o dinheiro a tempo (FSP, Caderno Dinheiro, 25/11/03).

(93) *Apagão*. Uma pequena nota ressalta que a construção de novas unidades geradoras de Itaipu corre o risco de sofrer atrasos (FSP, Caderno Ilustrada, 26/11/03).

(94) “Seca leva governo a usar seguro-*apagão*” é a manchete da primeira página do jornal. Diz a notícia que o governo vai acionar as usinas termelétricas emergenciais do seguro anti-acionamento para evitar que falte energia na região Nordeste (FSP, 29/11/03).

(95) “Novo *apagão*” é o título de uma nota do jornal que mostra que “se o Brasil entrar de fato em uma rota de crescimento sustentado e não investir mais no

setor de energia elétrica, poderá enfrentar um novo racionamento nos próximos anos, como ocorreu em 2001” (FSP, Caderno Dinheiro, 02/12/03).

(96) *Apagão* é o nome do artigo de Eliane Cantanhêde, em que narra o vexame por que passou o governo, vendo o Itamaraty (imponente prédio cercado de vidros e de espelhos d’água, habitado pelos funcionários mais chiques da República) parado e às escuras por mais de uma hora. Motivo: corte de luz por falta de pagamento (FSP, 07/12/03).

(97) “*Apagão*. Houve curto-circuito em cabo. Por 2h, Florianópolis volta a ficar sem luz.” Percebe-se que a mídia se utiliza do neologismo em qualquer situação de falta de energia elétrica (FSP, Caderno Cotidiano, 09/12/03).

(98) O artigo de Gesner Oliveira, para a coluna Opinião Econômica traz como título “Novo modelo elétrico não impede *apagão*”. A matéria comenta que o novo modelo institucional do setor elétrico não impede futuros *apagões*. Segundo o articulista, falta investimento no setor elétrico, pois “sem isso, o governo Lula terá de optar entre a recessão ou o *apagão*”. Entretanto, para o empresário Paulo Cunha, o novo modelo, além de atrair novos investimentos para o país, evita o risco de um novo apagão (FSP, Caderno Dinheiro, 13/12/03).

(99) “País aciona usinas *antiapagão*; conta de luz deve subir” é a primeira manchete do jornal neste dia (FSP, 30/12/03).

(100) “Seguro *antiapagão* é acionado no Nordeste”. A decisão foi motivada pelo baixo nível dos reservatórios de hidrelétricas (FSP, Caderno Dinheiro, 30/12/03).

(101) “Operador Nacional do Sistema Elétrico suspende seguro *antiapagão*”. Chuvas recentes elevaram níveis de reservatórios; suspensão é temporária (FSP, Caderno Dinheiro, 17/01/04).

(102) “*Apagão* atinge Sudeste do Estado de Goiás”. O rompimento de um cabo na linha de transmissão de energia elétrica provocou um *apagão* em 14 municípios do sudeste goiano anteontem (FSP, 23/04/04).

(103) “*Apagão* estatístico distorce dados de emprego”. Com essa manchete, os repórteres comentam os resultados contraditórios e falta de pesquisas no interior sobre rumos do mercado de trabalho (FSP, Caderno Dinheiro, 16/05/04).

(104) “*Apagão* deve afetar crescimento da Argentina”. A indústria argentina já começou a sentir o golpe da crise de energia. Empresas anunciaram demissões, cortaram a produção e adiaram planos de investimentos (FSP, Caderno Dinheiro, 17/05/04).

(105) A um mês dos Jogos, Atenas fica sem energia por quase uma hora: durante o *apagão*, os semáforos não funcionaram, e a polícia pediu calma aos motoristas (FSP, Caderno Esporte, 13/07/04).



(106) “Atenas admite risco de *apagão* durante Jogos” (FSP, Caderno Esporte, 14/07/04).

(107) “*Apagão* logístico” é o título do artigo que comenta sobre o pacote emergencial preparado pelo governo para sanar parte das deficiências em infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia e saneamento) que persistem e ameaçam a sustentabilidade do crescimento econômico (FSP, Editorial, 27/07/04).

(108) “Atraso de licença ambiental traz risco de *apagão*, diz Dilma”. Com essa manchete, Humberto Medina narra a dificuldade em conseguir licenciamento ambiental para construção de usinas hidrelétricas, o que poderá gerar falta de energia no futuro (FSP, Caderno Dinheiro, 05/08/04).

(109) “*Apagão* provoca engarrafamento em Buenos Aires”. A reportagem sobre um corte de energia elétrica faz uso do neologismo *apagão/apagões* quatro vezes, além do título. É uma forma de demonstrar que essa unidade lexical está incorporada ao vocabulário da população (FSP, Caderno Dinheiro, 24/08/04).

(110) “*Apagão* atinge oito Estados do Nordeste”. Para informar os leitores sobre a interrupção no fornecimento de energia durante 54 minutos, o repórter se utilizou do neologismo *apagão* seis vezes, além da manchete. Isso confirma a aceitação do vocábulo em todo o país (ESP, Caderno Cidades, 28/09/04).

(111) “*Apagão* atinge os nove Estados do Nordeste”. Embora também tenha feito uso dos vocábulos *blecaute* e *pane*, o repórter ainda colocou em sua reportagem cinco vezes o neologismo *apagão*, além do título. Nota-se a preferência por esse item lexical, principalmente nas manchetes e títulos jornalísticos (FSP, Caderno Cotidiano, 28/09/04).